

MESTRADO INTEGRADO EM INTERVENÇÃO
PSICOLÓGICA, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Mea culpa, mea culpa, mea maxima culpa: neoliberalismo, psicologização e investigação científica

Hugo de Lima Araújo

M

2019



Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**MEA CULPA, MEA CULPA, MEA MAXIMA CULPA:
NEOLIBERALISMO, PSICOLOGIZAÇÃO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA**

Hugo de Lima Araújo

novembro 2019

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado de Psicologia,
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da
Universidade do Porto, orientada pelo Professor Doutor ***Carlos
Gonçalves*** (FPCEUP).

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações do autor no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, o autor declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. O autor declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais pelo sacrifício constante e o amor sem condição;

À Inês, saramagueando, porque tudo;

À Maria, à Sami, ao Pedro, ao Fábio e ao Rui Pedro pela amizade-vinho-do-porto;

Ao Greg pela cumplicidade de almas;

À Catarina por me acompanhar de perto mesmo quando ando longe;

Ao João por me apresentar Vonnegut e partilhar a minha visão romântica da existência;

À Ana pelas conversas ricas e o tráfico de conhecimento literário;

À Looney Tuna, moça caprichosa, boémia e sábia que aconchega em seu ventre as pessoas que hei-de levar no coração;

Ao professor Luís Fernandes pelo apoio a estruturar o guião de entrevistas e pela poesia de Habitualmente;

À Demie pela ajuda preciosa na “legalização” desta dissertação e a amizade de meia década;

Ao Fritz pelas sugestões inteligentes e a deliciosa expressão “construção psicologizadora do indivíduo”;

Aos Serviços Académicos pela tolerância invulgar às minhas distrações;

Ao Hugo, ao André e ao Begonha pelas revoluções sonhadas;

Ao Evandro pela roupa, pelos os livros e pela bela surpresa da sua amizade;

À malta do Pinguim pelas noites de segunda-feira;

Àqueles e àquelas que em momentos diferentes deste percurso académico fui próximo e que comigo partilharam a sua existência;

Aos que me esqueci de pôr no papel mas que importam;

Ao professor Carlos Gonçalves pela orientação, pela liberdade, pelas conversas saborosas e pela inclinação refratária de fazer os seus alunos pensar.

No lugar da consciência
A lei da concorrência
Pisando tudo p'lo caminho
P'ra castrar a juventude
Mascaram de virtude
O querer vencer sozinho.

Do que um homem é capaz, José Mario Branco

Mas assim é toda a vida; assim, pelo menos, é aquele sistema de vida a que no geral se chama civilização. A civilização consiste em dar a qualquer coisa um nome que lhe não compete, e depois sonhar sobre o resultado. E realmente o nome falso e o sonho verdadeiro criam uma nova realidade. O objeto torna-se outro, porque o tornámos outro.

Bernardo Soares

Resumo

Este estudo qualitativo exploratório debruça-se sobre a relação entre o paradigma neoliberal – materializado nas novas políticas de gestão (NPM) das Universidades – e o fenómeno da psicologização e pretende alertar a comunidade científica e leiga para a crescente instrumentalização da Psicologia e mercantilização do conhecimento, particularmente no seio investigação científica. Como tal, explorou-se a dinâmica de funcionamento do Centro de Psicologia da Universidade do Porto através da análise de conteúdo temática da informação resultante das entrevistas semiestruturadas realizadas a doze investigadores deste centro. A confirmação das questões de investigação permitiu concluir que, pelas NPM, a ideologia neoliberal imiscui-se na investigação científica, exaltando a tecnocracia e a eficácia como critérios, promovendo os discursos psicologizadores que, por sua vez, ocupam cada vez mais a arena pública. Ademais, a exploração pioneira destes fenómenos num contexto português permitem perceber que, embora exista uma predileção pelos modelos da Psicologia Convencional com diretrizes anglo-americanas, existe uma aposta clara na diversidade de investigação, tanto teórica como metodológica.

Palavras-chave: Neoliberalismo, Psicologização, Investigação Científica, Novas Políticas de Gestão.

Abstract

The present study explores the relationship between the neoliberal paradigm – effectively seen in the Universities’ new public management (NPM) – and the psychologization phenomena, with the intent to raise the scientific and general communities’ awareness about the growing instrumentalization of Psychology and knowledge’s commodification, particularly in the scientific research. Thus, we explored the Center for Psychology at University of Porto’s functioning dynamics interviewing twelve researchers belonging to this center and understanding the data through a thematic content analysis. The confirmation of the research questions allowed us to conclude that the neoliberal ideology, by the implementation of the NPM, enters the scientific research exalting the technocratic and efficient criteria, promoting psychologizing discourses that, in their turn, occupy the public arena. Furthermore, this pioneer exploration in Portuguese context allow us to realize that, although there’s a preference for Anglo-American Mainstream Psychology, there’s a clear investment in research diversity, for both theory and methodology.

Key words: Neoliberalism, Psychologization, Scientific Research, New Public Management.

Résumé

Cette étude qualitative exploratoire porte sur la relation entre le paradigme néolibéral – matérialisé dans les nouvelles politiques de gestion des universités (NPM) – et le phénomène de la psychologisation et vise à alerter la communauté scientifique et laïque sur l'instrumentalisation croissante de la psychologie et de la marchandisation de la connaissance, particulièrement au sein de la recherche scientifique.

Comme telle, la dynamique de fonctionnement du Centre de psychologie de l'université de Porto a été explorée par l'analyse du contenu thématique de l'information résultant des entretiens semi-structurés réalisés avec douze chercheurs de ce centre. La confirmation des questions de recherche a permis de conclure que, par les NPM, l'idéologie néolibérale s'immisce dans la recherche scientifique, exaltant la technocratie et l'efficacité comme critères, en promouvant les discours psychologiques qui, à leur tour occupent de plus en plus l'arène publique. De plus, l'exploitation pionnière de ces phénomènes dans un contexte portugais permet de percevoir que, bien qu'il existe une prédilection pour les modèles de la psychologie conventionnelle avec des lignes directrices anglo-américaines, Il y a un enjeu clair dans la diversité de la recherche, tant théorique que méthodologique.

Mots-clés: Néolibéralisme, Psychologisation, Recherche Scientifique, Nouvelles Politiques de Gestion

Índice

INTRODUÇÃO.....	1
PARTE I – REVISÃO DA LITERATURA.....	2
1. Perspetiva teórica – A Psicologia Crítica	2
2. O paradigma neoliberal e a psicologização	4
2.1. Neoliberalismo.....	4
2.2 Psicologização	6
3. As políticas neoliberais na investigação científica em Psicologia	7
3.1. A metamorfose da universidade	7
3.2. A investigação científica em Psicologia	9
PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO.....	11
1. Método.....	11
1.1. Objetivo e questões de investigação	11
1.2. Procedimento de seleção da amostra	11
1.3. Procedimento de recolha de dados e instrumentos	12
1.4. Procedimento da análise dos dados recolhidos	12
2. Apresentação e discussão dos resultados	13
2.1. CPUP	13
2.1.1. Relevância Científica	13
2.1.2. Subdivisão dos grupos.....	14
2.1.2.1. Docência e Investigação	14
2.1.3. Prioridades de Investigação.....	15
2.1.3.1. Teoria.....	16
2.1.3.2. Diversidade.....	17
2.1.4. Percurso dos Investigadores	17
2.2. Qualidade de Investigação	18

2.2.1. Metodologia	19
2.2.2. Validação de Pares	20
2.2.3. Implicações práticas	21
2.3. Financiamento.....	21
2.3.1. Tipo	21
2.3.2. Critérios.....	22
2.3.3. Condicionalismos.....	24
2.3.3.1. Cedência no discurso	25
2.3.3.2. Exclusividade	26
2.3.3.3. Predileção quantitativa	26
2.3.3.4. Tempo.....	27
2.3.3.5. Tradição universitária.....	28
2.3.3.6. Visão neoliberal.....	29
2.4. Publicações	30
2.4.1. Pressão para publicar.....	30
2.4.2. Processo.....	32
2.4.3. Internacionalização.....	33
2.4.4. Factor de impacto	34
2.4.5. Excesso de informação.....	35
2.5. Papel da Psicologia	36
2.5.1. Neutralidade da Psicologia.....	36
2.5.2. Psicologização.....	41
2.5.3. Crítica	42
3. Conclusões.....	45
3.1. Forças e Limitações	48
3.2. Investigações futuras.....	48
3.3. Considerações finais	48
4. Referências Bibliográficas.....	50
5. Anexos	56

Introdução

A presente dissertação partiu do interesse pelo enleio histórico entre a psicologia e a economia (Dalal, 2018; Parker, 2007; Richard, 1996). Procura estudar o entrelaçamento entre a psychologização – a “indução de um olhar psicológico através da adoção de significantes e discursos psi” (De Vos, 2013, p. 9) – e o paradigma neoliberal, atualmente dominante no Ocidente (Harvey, 2007), com o intento de aprofundar a análise da relação entre a história das constituições psíquicas e a história das formas de produção e consumo do capitalismo (Jappe, 2019, p.33) nas diversas versões que foi apresentando desde a fundação da Psicologia como disciplina autónoma e independente, no fim do século XIX (Parker, 2007).

Como tal, o trabalho divide-se em duas partes: a primeira investe no estado de arte para explicar o conceito de neoliberalismo e a sua introdução nas universidades e na investigação científica, assim como analisar a psychologização como terminologia privilegiada na tradução da realidade nas sociedades ocidentais; a segunda é um estudo qualitativo exploratório com análise de conteúdo temática (Bardin, 1977; Braun & Clark, 2006) cujo alvo de exploração é o Centro de Psicologia da Universidade do Porto (CPUP). Recolheram-se os dados através da realização de entrevistas semiestruturadas com doze investigadores, analisando-se as perceções destes relativamente às dinâmicas de produção científica no âmbito da Psicologia. Adota-se a perspetiva da Psicologia Crítica como referencial teórico pela sua posição de questionamento dos postulados e das práticas da Psicologia Convencional (Austin & Prilleltensky, 2001), equacionando-se posteriormente a aplicabilidade deste enquadramento teórico ao contexto português.

A relevância deste estudo decorre de duas razões: primeiro, propõe-se a consciencializar – no sentido freiriano de elucidar as pessoas sobre as circunstâncias socioeconómicas, políticas e culturais que as afetam com o intuito de incentivá-las a emanciparem-se (Prilleltensky, 1994) – a comunidade académica e leiga para a crescente instrumentalização da psicologia e mercantilização do conhecimento, particularmente no seio da investigação científica; segundo, devido ao carácter pioneiro desta investigação na realidade de Portugal, país que segue o eixo dominante da ciência anglo-americana (Fernandes, 2017; Nogueira, 2013), colaborando na tendência de exportação da psicologia americana para todo o mundo (Holzman, 2013).

Parte I – Revisão da Literatura

1. Perspetiva teórica – A Psicologia Crítica

A Psicologia Crítica é um campo de estudos que desafia os postulados e as práticas da Psicologia Convencional (Austin & Prilleltensky, 2001), analisando-a na sua constante interação com a realidade social, económica, cultural, política e histórica da qual é produto (Coimbra & Menezes, 2009). Pretende escrutinar e expor os enviesamentos da produção do saber psicológico (Holzman, 2013), reorientando o foco de análise para a própria Psicologia (Parker, 2007). Entre as diversas áreas teóricas que influenciaram o seu surgimento, tais como a teoria crítica, a teologia da libertação latino-americana ou a psicologia comunitária (Austin & Prilleltensky, 2001; Teo, 2015), a justiça social e o bem-estar são os denominadores comuns desta perspetiva (Fox, Prilleltensky & Austin, 2009).

Pela sua índole abrangente e transdisciplinar, a Psicologia Crítica não possui uma definição unívoca. Não obstante, Ian Parker (1999) apresenta quatro definições clarificadoras: (1) “the systematic examination of how some varieties of psychological action and experience are privileged over others, how dominant accounts of ‘psychology’ operate ideologically and in the service of power” (p. 13); (2) “the study of the ways in which all varieties of psychology are culturally historically constructed, and how alternative varieties of psychology may confirm or resist ideological assumptions in mainstream models” (p.13); (3) “the study of forms of surveillance and self-regulation in everyday life and the ways in which psychological culture operates beyond the boundaries of academic and professional practice” (p. 14); (4) “the exploration of the way everyday ‘ordinary psychology’ structures academic and professional work in psychology and how everyday activities might provide the basis for resistance to contemporary disciplinary practices” (p. 15).

Como qualquer ciência, a Psicologia é um empreendimento conduzido por sistemas de valores internos que influenciam todas as fases da investigação (Spence, 1985) e deve ser entendida no contexto de poder, dinheiro e prestígio (Fox, Prilleltensky & Austin, 2009). Ao reconhecer-se a relação entre saber psicológico, autoconhecimento e poder (Teo, 2015, p. 118), importa destacar as relações de poder – “combinação entre habilidade e oportunidade para influenciar um curso de eventos” (Prilleltensky, 2008, p. 119) – e o modo como estas determinam a produção do conhecimento psicológico.

Com efeito, o psicológico é político (Prilleltensky, 2008) – entenda-se este conceito como o domínio por excelência de tudo o que é relacional (Tavares, 2015) e que não pode esquivar-se ao debate e à crítica (Picavet, 2019). Questionar as normas e os valores sociais é debater a própria identidade (Verghaeghe, 2014); negar a subjetividade – objeto de estudo da Psicologia (De Vos, 2012) – como amálgama da sociedade, da cultura e da história (Teo, 2015) é reduzir fenómenos da psique a mecanismos de funcionamento interno (Parker, 2007). Prilleltensky (2008, p. 126) esclarece as consequências desta empresa ao afirmar que “a culture that emphasizes individualism and blames victims for their misfortune is bound to fix people and not structures”.

Como tal, os psicólogos críticos assumem a responsabilidade de se posicionarem publicamente contra o “uso perverso dos saberes psicológicos” (Steinitz & Mishler, 2009, p. 407) e manifestam o seu comprometimento político na promoção da justiça social e emancipação humana, esforçando-se por contrariar a perpetuação da injustiça e do controlo social (Ibanez, 1997; Sloan, 2000).

Contudo, este campo de estudos não é uma associação de pensadores que crê saber as respostas (Parker, 1999). À semelhança dos demais domínios, a Psicologia Crítica é um corpo de conhecimento embebido no seu contexto histórico, social e económico e assim deve ser compreendida, nas suas potencialidades e limitações. Não se constitui como a renegação da Psicologia Convencional mas sim como reflexão contínua e atenta perante a vívida constatação de que a ausência de pensamento crítico sobre o *status quo* pode ser considerada uma vitória – ou derrota – ideológica (Prilleltensky, 1994). Nas sublimes palavras de Martin-Baró (1996, p. 23):

Não se trata de abandonar a psicologia; trata-se de colocar o saber psicológico ao serviço da construção de uma sociedade em que o bem estar dos menos não se faça sobre o mal estar dos mais, em que a realização de alguns não requeira a negação dos outros, em que o interesse de poucos não exija a desumanização de todos.

Em Portugal, um sul no norte (Oliveira, Saavedra, Neves, & Nogueira, 2013), a ditadura política de mais de cinquenta anos, que fez do país um lugar semiperiférico (Silva, 2013), determinou uma entrada tardia da Psicologia, com os primeiros cursos a surgirem em 1976 nas três universidades públicas portuguesas da altura (Nogueira, Saavedra, & Neves, 2006). Ainda hoje é precoce afirmar que a Psicologia exerce aqui a mesma influência que

noutros países ocidentais, sobretudo os anglo-saxónicos, embora se verifique uma célere harmonização com o espectro neoliberal, corolário da globalização capitalista.

2. O paradigma neoliberal e a psicologização

2.1. Neoliberalismo

Sem embargo à relativa familiaridade com o conceito de *neoliberalismo*, perceber o seu significado obriga a diversificadas leituras pois não se constitui uma doutrina unificada (Picavet, 2019); é uma “reivindicação global, multiforme, ambígua” (Bento, 2019, p. 235) e a sua definição gera conflitos pela disparidade de perspetivas entre os autores. Uma definição sóbria implicaria um estudo profundo dos contextos que erigiram o neoliberalismo, sobretudo o ordoliberalismo alemão e o anarcocapitalismo norte-americano (Bento & Santos, 2019) e tal análise desviar-se-ia do propósito desta dissertação. Como tal, descrevem-se apenas os princípios fundamentais do paradigma neoliberal, cujo discurso se tornou hegemónico no Ocidente (Harvey, 2007) – assumindo-se a integração europeia como uma das suas expressões (Rodrigues, 2019) – para, na secção seguinte, contextualizar no âmbito da Psicologia.

De acordo com alguns autores, é possível compreender o neoliberalismo na continuidade do liberalismo clássico na medida em que retoma a ideia de que o crescimento económico e o bem-estar se alicerçam no “livre empreendimento, na procura da maior vantagem, na defesa do interesse pessoal” (Correia, 2019, p. 136). De facto, a teoria político-económica neoliberal considera que os mercados se autorregulam e são mais eficazes quando livres de influências exteriores (Jones, 2012) e que melhor se garante o bem-estar dos indivíduos não os perturbando nas suas iniciativas empreendedoras (Sá, 2019). A riqueza produzida escorre, inevitavelmente, para toda a sociedade (Monbiot, 2016), pelo que maximizando o alcance e a frequência das trocas comerciais, se otimiza o bem comum (Harvey, 2007). Neste mercado livre e concorrencial, logra quem faz melhor ou por menor preço, culminando num maior poder de compra pela criação de mais valor (Samões, 2019).

Nas palavras de Alexandre Franco de Sá (2019, p. 181), o neoliberalismo baseia-se na “desregulação generalizada e na transformação do Estado no construtor de uma lógica de mercado”, sendo este um dos seus traços distintivos: a instrumentalização dos poderes públicos e não mercantis (Rodrigues, 2019). Para que o funcionamento sadio das trocas comerciais – fundamento e regra da sociedade civil (Benoist, 2019; Harvey, 2007) – se

desenvolva espontaneamente (Rodrigues, 2019) é necessário que haja uma estrutura que assegure os direitos de propriedade e comércio (Harvey, 2007). Estabelecido o Mercado como referência não só para a economia como para a política e a sociedade (Bento, 2019; Campos & Soeiro, 2016; Correia, 2019), o Estado deve atuar numa lógica de mercado (Samões, 2019), aplicável a todas as áreas sociais (Sá, 2019), na qual as suas contribuições são valorizadas se servirem para expandir os limites da mercadorização (Rodrigues, 2019). A total mercantilização da vida submete tudo às exigências de eficiência, de ganhos de tempo, de desempenho e garantia de resultados (Jappe, 2019, p. 296)

Neste sentido, o neoliberalismo é, mais do que uma teoria político-económica, uma ideologia (Verghaeghe, 2014) que encontrou na análise económica elementos de carácter científico passíveis de serem mobilizados como estratégia discursiva que “rejeita alternativas por serem, elas sim, ideológicas” (Correia, 2019, p. 141). Neste estado de mercantilização do mundo (Benoist, 2019), tudo é quantificável em termos de produção, crescimento e lucro (Verghaeghe, 2014, p. 173) e a única responsabilidade social dos negócios é investir em atividades para aumentar o lucro (Friedman, 1970) – a concorrência como princípio e fim da vida social (Samões, 2019). Com o abandono de “critérios teológicos, epistemológicos e políticos que projetavam formas de singularidades transindividuais” (Stiegler, 2018, p. 128), os cidadãos tornam-se, inevitavelmente, consumidores (Han, 2015; Monbiot, 2016). Sobre-lhes o direito de comprar e de vender serviços num mercado privatizado (Lorenz, 2012), num processo que recompensa o mérito e pune a ineficácia (Monbiot, 2016) – a democracia do mercado global (Silva, 2013) – mergulhados na ilusão de que são únicos, assim como as suas escolhas (Verghaeghe, 2014). Ato contínuo, exalta-se o indivíduo como sujeito que se alicerça em si mesmo (Madsen & Brinkmann, 2010), empresa de si próprio (Han, 2015), responsável pelo seu sucesso, devido à competência e ao trabalho árduo, e pelo seu insucesso, devido à preguiça ou ao fraco investimento (Parker, 2007).

Por consequência, são impelidos para os princípios da maximização dos lucro, da competição e da iniciativa individual e relega-se para último plano as condições estruturais da desigualdade social (Campos & Soeiro, 2016). Este liberalismo empolado desemboca, segundo Beinost (2019, p. 73), na “atomização do mundo e na mutilação da existência humana pelos dispositivos de prostituição mercantil e maquinarias do lucro”. Como escreveu António Bento (2019, p. 238):

O homo economicus instigado e produzido pelo neoliberalismo vive em constante risco e, para fazer face a esse risco, conta, antes de mais, consigo mesmo. (...) o

medo e a insegurança, bem vistas as coisas, são os melhores estímulos para potenciar e estimular uma atmosfera de concorrência intensa, incitando deste modo o indivíduo a ações inovadoras caso ele pretenda governar-se a si mesmo, em vez de ser governado completamente a partir de fora. O mercado, acredita-se, se encarregará automaticamente de fazer viver uns e deixar morrer outros, justamente aqueles que não querem ou que não podem tornar-se «empresários de si mesmos».

Esta lógica de responsabilização e culpabilização (Jappe, 2019; Verghaeghe, 2014) do indivíduo num sistema que conduz à sobre-exploração das formas de trabalho, à precariedade, à acentuação das desigualdades e ao definhar de direitos (Dias, 2018; Queiroz, 2017), efetua-se através de uma linguagem psicopolítica (Han, 2015). No seu carácter ubíquo e silencioso, imposto mais pela sedução do que pela imposição (Fernandes, 2018), mantém-se a ideologia económica oculta e anónima (Dias, 2018; Monbiot, 2016) através do foco monopolista no indivíduo e na sua capacidade de adaptação (Campos & Soeiro, 2016). Este “capitalismo pós-moderno, líquido, flexível, individualizado” (Jappe, 2019, p. 168) influencia a própria identidade do sujeito que, numa clara estimulação do individualismo e da separação (Verghaeghe, 2014), acomoda a “alma individualista, tecnocrática e utilitária da política neoliberal” (Cabanas & Illouz, 2019, p. 61).

2.2. Psicologização

Na contemporaneidade hiperindividual (Lipovetsky, 2017), a ciência, elemento dominante da cultura (Correia, 2019), exerce a função que a religião, durante longos anos, levou avante: oferecer a linguagem e as orientações para a humanidade (De Vos, 2008; Verhaeghe, 2014). Com o crescimento exponencial da Psicologia durante o século XX (Madsen & Brinkmann, 2010) e a atomização dos indivíduos, vazios de significados sociais profundos, regidos por uma ética hedonista, a terminologia *psi* incrustou-se no social (Lipovetsky, 2017, p. 86) e tornou-se hegemónica no momento de analisar a dialética sujeito/mundo (De Vos, 2012). A esta “indução de um olhar psicológico através da adoção de significantes e discursos psi” (De Vos, 2013, p. 9), dá-se o nome de *psicologização*.

Literalmente, psicologização significa “tornar algo psicológico” (Madsen & Brinkmann, 2010, p. 180). Refere-se à marca indelével da Psicologia no Ocidente pós-moderno (Madsen & Brinkmann, 2010) – a psicologização é o paradigma da Psicologia e não pode ser entendido separadamente (De Vos, 2013) – que, pela disseminação da

linguagem psicológica no quotidiano (Abma, 1995 citado por De Vos, 2008) como conhecimento dominante sobre o ser humano extravasado para outros campos do saber (Teo, 2015), foi transformando questões políticas, morais e sociais em fatores psicológicos (Madsen & Brinkmann, 2010). A centralidade e ubiquidade das suas diretrizes levam à aceitação da sua linguagem como tradução pura e direta da realidade ao invés da realidade *psicologizada* (De Vos, 2008; 2013). Ao mediar a relação do “ser humano consigo mesmo, os outros e o mundo” (De Vos, 2013, p. 2), a Psicologia contribui para a tendência dos sujeitos se “culparem por problemas sociais e procurarem soluções pessoais para problemas económicos” (Parker, 2007, p. 111). Participando no processo de *psicologizar* as condições de vida e devolver aos indivíduos essas imagens mentais (Parker, 2007) a solução passa por mudar os pensamentos da pessoa para que não se abale com as condições socioeconómicas (Dalal, 2018). Com efeito, privatizar e individualizar o sofrimento (Han, 2018), proporcionando as ferramentas para que as pessoas consigam o melhor de si mesmas num panorama social destrutivo, torna-se essencial ao capitalismo neoliberal (Parker, 2007).

De facto, a reprodução da ideia dum sujeito racional que controla o seu destino e cujas atitudes definem as suas oportunidades (Parker, 2011), faz das ciências *psi* o lugar ideal onde alojar a ideologia neoliberal (De Vos, 2013) que, sob o jugo do psicológico injeta a noção de que os sujeitos se autogovernam (Madsen & Brinkmann, 2010), à luz dos mercados. Psicologização é, então, o processo de administrar e regular o poder instituído, despolitizando a resistência (Madsen & Brinkmann, 2010, p. 234).

Como sumula Fassin (2008, p. 532):

Where previously the language evoked in defending oppressed peoples was that of revolution, current usage favors the vocabulary of psychology to sensitize the world to their misfortune. Yesterday we denounced imperialist domination; today we reveal its psychic traces. Not so long ago we glorified the resistance of populations; we henceforth scrutinize the resilience of individuals.

3. As políticas neoliberais na investigação científica em Psicologia

3.1. A metamorfose da universidade

Desde a sua génese, a universidade sofreu várias transformações. Começou como centro de prestígio autónomo e autorregulado (Taylor, 2017) cuja importância se reconhecia através

da relevância social (Verghaeghe, 2014). Entretanto, obrigada a descer das suas torres de marfim (Fernandes, 2017), este saber foi-se enlaçando, de forma irreversível, com o Estado e a atividade económica (Feijó & Tamen, 2017). De “escuelas de élite a centros de masas, y de éstos, a universidades-empresa dispensadoras de servicios cognitivos” (Martínez & Tarrès, 2013, p. 141), a universidade acompanhou a evolução política e económica das sociedades hipermodernas/hiperindustriais/líquidas/de risco (Coimbra & Menezes, 2009; Fernandes, 2017; Stiegler, 2018).

Na sua condição material (Fernandes, 2017) foi submetida às reformas neoliberais através da implementação das novas políticas de gestão (*New Public Management*) cujo intuito é aumentar os métodos de controlo, diretos e indiretos, para alargar a produtividade, aumentar o lucro e/ou reduzir os custos (Marsh & Macalpine 2002, pp. 2–6 citado por Lock & Lorenz, 2007, p. 408; Verghaeghe, 2014), atuando segundo as diretrizes da globalização económica (Martínez & Tarrès, 2013): de instituições a corporações, as universidades operam, hoje, na economia global do conhecimento (Shore, 2010).

A utilização dos princípios do mercado económico – eficácia e tecnocracia, em torno do quantificável (Gonçalves & Coimbra, 2018; Monbiot, 2016; Verghaeghe, 2014) – intensifica a vigilância, o controlo e o interesse na subjetividade individual (Dalal, 2018; Parker, 2014). A autonomia dá lugar a avaliações quantitativas, auditorias e acreditações (Verghaeghe, 2014) o que, sob o manto da neutralidade e disfarçado pelo incentivo ao consumismo e à conformidade europeia (Harvey, 2004), corresponde à mudança do poder das instituições públicas para o mercado económico. Este processo de hiperespecialização de tendência empresarial (Torgal, 2015), com a desinstitucionalização como consequência (Coimbra, 2011), orienta a produção intelectual para o mercado com uma constante pressão comercial sobre a instituição universitária (Martínez & Tarrès, 2013): o lucro é prioritário, não a qualidade (Verghaeghe, 2014). As ambições intelectuais, pedagógicas e morais pervertem-se em fins mundanos como dinheiro e acumulação de poder executivo (Smith & Brown, 2011) e o valor educativo da universidade é negociado como mercadoria individual no mercado global da educação (Gonçalves & Coimbra, 2018; Taylor, 2017); mais que uma constante interrogação sobre o aprendido, importa a proatividade exercida através de um conjunto de técnicas e competências que substituem o saber pois o pragmatismo neoliberal não equaciona o que não tem utilidade mercantil (Correia, 2019).

Esta corporização da universidade em prol das pressões financeiras contínuas (Billig, 2013) permite conjecturar dois cenários: por um lado, o ensino superior pode tornar-se um centro de investigação para multinacionais, relativamente barato se as bolsas forem públicas;

por outro, pode transformar-se numa empresa à mercê das forças do mercado (Verghaeghe, 2014), divisando-se a possibilidade de a universidade se esvaziar de substância (Coimbra, 2011).

3.2. A investigação científica em Psicologia

Por consequência, a investigação científica sofreu remodelações inevitáveis no sentido da “gestão mercantilizada de formas de conhecimento” (Correia, 2019, p.150). A estandardização dos critérios, com a proliferação de avaliações de desempenho, auditorias, creditações e certificações – expressão do poder do calculável (Gonçalves & Coimbra, 2018) – relegam o incalculável para o vazio: é a miséria do simbólico (Stiegler, 2018) no plano académico. Além disso, esta dependência em relação a financiadores resulta num programa de investigação cada vez mais determinado a partir de agências que respondem a interesses dos mundos empresarial e político (Fernandes, 2017). Perante as constantes pressões para publicar (*publish or perish*), ganhar reconhecimento internacional, encontrar oportunidades de financiamento, ser citado, contribuir para o *ranking* da universidade, entre outros, muitos dos investigadores académicos sentem não ter outra escolha senão cederem o seu trabalho a estas companhias (Monbiot, 2018), legitimando e perpetuando este jogo vicioso (Gonzalves-Calvo & Arias-Carballal, 2017).

Deste modo, o intento da investigação deixou de ser o conhecimento crítico, ponderado, refletido e passou a ser a própria produção de *papers* (Fernandes, 2017) – caminhos não para chegar, mas para continuar andando (Moreno & Peralta, 2018) – numa interessante reviravolta que faz da publicação científica a causa da produção científica (Correia, 2019). Ao constituir a unidade de produção por excelência (Verghaeghe, 2014) da universidade, tem um papel angular (Dalal, 2018) na dinâmica de investigação comercializável a curto prazo (Rhoades & Slaughter, 2004) cuja quantidade de dados é a medida do sucesso (Dalal, 2018). Assiste-se, portanto, à industrialização da investigação (Dalal, 2018), onde “importa o produto e não o seu uso humano” (Fernandes, 2018, p. 42).

Como sarcasticamente propõem Moreno & Peralta (2018), as universidades passaram de lugares de RESEARCH para ROISEARCH (Return On Investment). Dalal (2018, p. 145) descreve com fidelidade o estado da investigação científica, nomeadamente em Psicologia:

Today, psychology departments (along with the rest of the university) are akin to factories, obliged to churn out prodigious amounts of research papers in order to put

their departments and universities in good standing with the regulatory authorities and funders. Hyper-rationalist performance indicators become the measure of the standing of the university. Publications play a crucial role in this ‘measuring’ process. The greater the number of publications, the higher the university’s score. It is this pressure to publish that has fostered the industrialization of psychological research, which in turn has become pedestrian, formulaic and ritualistic.

A afirmação dos princípios neoliberais – como a lógica de mercado, a instrumentalização dos poderes públicos, a eficiência e a tecnocracia – na Universidade, demonstra inequivocamente a submissão desta ao modelo empresarial (Fernandes, 2017), passando de reduto crítico impulsionador da transformação social a veículo de legitimação das premissas reificadoras neoliberais. O modo como o neoliberalismo instrumentaliza a construção psicologizadora do indivíduo demonstra a sua aliança com a Psicologia na equação dos fatores individuais como preditores do sucesso ou fracasso. A segunda parte do trabalho explora a aplicabilidade destes fenómenos num centro de investigação científica em Psicologia português, através da perceção de alguns investigadores sobre os discursos atuais da Psicologia e o seu papel e o modo de produção científica hodierno.

Parte II – Estudo empírico

1. Método

1.1. Objetivo e questões de investigação

Este trabalho explora a relação entre neoliberalismo – aqui representado pelas novas políticas de gestão (NPM) – e psychologização, recorrendo às perceções de investigadores inseridos num centro de investigação científica. Perante as contingências suprarreferidas, torna-se pertinente equacionar que discursos psicológicos são fabricados e qual é a sua ressonância no quotidiano. Do cruzamento desta intenção com o enquadramento teórico resultam as seguintes questões: (1) A psychologização legitima o neoliberalismo? (2) De que modo a implementação das NPM afeta a investigação científica em Psicologia? (3) A investigação científica em Psicologia prioriza discursos psicologizadores?

1.2. Procedimento de seleção da amostra

Dada a metodologia escolhida, a amostragem foi intencional. Todos os elementos da amostra pertencem ao Centro de Psicologia da Universidade do Porto (CPUP), sediado na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP). Atualmente, este centro conta com 67 investigadores e divide-se em cinco grupos de investigação: (1) Cultura, Normatividade e Diversidade; (2) Desenvolvimento e Educação; (3) Relações, Processos de Mudança e Bem-Estar; (4) Neurocognição e Linguagem; (5) Sexualidade Humana.

Antes da seleção dos participantes, enviou-se um email (anexo 1) ao coordenador de cada grupo, explicitando os objetivos desta dissertação e solicitando autorização para abordar os investigadores. Obtida a resposta positiva de todos os coordenadores, avançou-se para a seleção aleatória dos participantes, não diferenciando membros integrados, bolsiros e colaboradores. Selecionaram-se dois membros de cada grupo, com a exceção do grupo Cultura, Normatividade e Diversidade que contem linhas de investigação muito variadas e emprega mais de metade dos investigadores (39) do CPUP, optando-se pela seleção de quatro investigadores. De seguida, enviou-se um email (anexo 2) aos participantes com a explicação do objetivo da investigação, dando nota do consentimento informado (anexo 3), assegurando a confidencialidade e recolhendo as respetivas disponibilidades, caso houvesse interesse em participar.

1.3. Procedimento de recolha de dados e instrumentos

As entrevistas iniciaram-se a 8 de fevereiro de 2019 e terminaram no dia 14 de maio de 2019. A sua duração variou entre 12min50s e 1h04min04s. À exceção de um investigador cuja entrevista ocorreu no seu gabinete de trabalho, as restantes onze efetuaram-se numa das salas da FPCEUP. Todos os participantes assinaram o consentimento informado e foi-lhes garantida a devolução dos resultados após a conclusão do trabalho. A gravação efetuou-se com o telemóvel do autor, um *Huawei P8lite*. Para a entrevista semiestruturada utilizou-se um guião com sete perguntas (anexo 4).

1.4. Procedimento da análise dos dados recolhidos

Este estudo qualitativo recorreu a uma análise de conteúdo temática (Bardin, 1977; Braun & Clark, 2006), técnica que procura identificar, analisar e assinalar padrões ou temas recorrentes nos dados (Braun & Clark, 2006), exumando “núcleos de sentido” em consonância com os objetivos previamente estabelecidos (Bardin, 1977, p. 105). Por se basear na recolha das perceções dos participantes e admitir um papel ativo da parte do investigador (Braun & Clark, 2006), esta foi considerada a opção metodológica mais indicada. As transcrições foram relidas para corrigir possíveis gralhas e garantir uma maior validade descritiva e interpretativa (Flick, 1998). Como recurso para a categorização do *corpus* de dados, utilizou-se o *software* NVivo (versão 12 PRO). O estado de arte na investigação norteou as categorizações, embora alguns temas tenham emergido sem ponderação prévia, graças a repetidas e atentas análises dos dados. O guião utilizado nas entrevistas também foi tido em conta, contudo não se demarcou uma relação direta entre as perguntas e as categorias formuladas. As últimas derivaram da análise detalhada do conteúdo das entrevistas (Braun & Clark, 2006) e constam no anexo 5.

2. Apresentação e discussão dos resultados

Das 12 entrevistas realizadas emergiram 5 categorias, a saber: “CPUP”, “Qualidade de Investigação”, “Financiamento”, “Publicações” e “Papel da Psicologia”. Descrevem-se, portanto, os resultados da análise temática do conteúdo e introduzem-se reflexões informadas pelo enquadramento teórico crítico sobre neoliberalismo e psicologização sempre que oportuno. Para facilitar a leitura, a discussão é simultânea à redação dos resultados.

2.1. CPUP

Esta categoria alude às várias investigações que ocorrem no Centro de Psicologia da Universidade do Porto, Unidade de Investigação financiada pela FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia) e acolhida pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Do confronto com a heterogeneidade das linhas de investigação resultaram as seguintes subcategorias: “Relevância Científica”, “Prioridades de Investigação”, “Subdivisão dos Grupos” e “Percurso dos Investigadores”.

2.1.1. *Relevância Científica*

Criado em 1980, o CPUP é considerado um centro de excelência no âmbito da Psicologia. Dois investigadores falam desta relevância: o primeiro menciona a crescente internacionalização da unidade – (...) *e nós vemos em termos, de facto, do que tem acontecido nos últimos dez anos, não só do grupo mas de todo o CPUP, uma afirmação muito maior na produção de conhecimento científico relevante a nível internacional, não é?* (P2, G2); o segundo reconhece que *quando nós somos centros de excelência e temos financiamento constante, isto também é muito melhor, não é? E, por acaso, o CPUP tem-no sido e nós temos tido financiamento para andar* (P2, G3).

Este tópico remete para o modo de avaliação das universidades. Como foi exposto, o atual modelo de atividade académica, corolário do sistema socioeconómico vigente, atua dentro do espírito da globalização económica (Martínez & Tarrès, 2013). Deste modo, à semelhança das agências de *rating* financeiro, há agências que calculam o posicionamento das instituições de ensino superior através de um conjunto de indicadores bibliométricos, entre os quais a capacidade de internacionalização, com um peso substancial (Fernandes, 2017). Por sua vez, este *ranking* é decisivo para a obtenção de financiamento pelos departamentos de investigação na economia global do conhecimento (Shore, 2010) e assim,

pelo menos dois efeitos desta lógica meritocrática podem ser destacados: primeiro, com indicadores unicamente bibliométricos – quantos artigos se publicam e em que revistas – comparam-se contextos, por vezes, incomparáveis (Fernandes, 2017), cimentando-se a expressão do poder do calculável (Gonçalves & Coimbra, 2018) e a hegemonia da língua inglesa, ambos discutidos em pormenor nos pontos 2.4.3 e 2.4.4.; segundo, financiar a excelência acaba por criar um fosso cada vez mais largo entre “bons e maus”, numa espiral viciosa: é-se financiado pela excelência e tem-se excelência por ser financiado. Do cruzamento dos discursos dos participantes com o enquadramento teórico desta dissertação, é possível observar a imiscuição das questões de produtividade e do conformismo face à mesma.

2.1.2. *Subdivisão dos grupos*

Três dos participantes alertaram para algumas dinâmicas específicas que ocorrem dentro de cada um dos cinco grupos do CPUP pois a decisão de *congregarem linhas de investigação num número diminuto tinha como objetivo criar linhas que fossem mais fortes, por outro lado cria dificuldades a pessoas que se afastem ligeiramente dessas mesmas linhas* (P1, G2).

Deste modo, em cada grupo estudam-se diferentes temáticas, tendendo a *organizar-se em grupos mais pequenos* (P2, G2). *Dentro do grupo há várias equipas* (P2, G3) que, doravante, se denominam subgrupos.

2.1.2.1. *Docência e Investigação*

Atualmente nas universidades *toda a gente é professora e toda a gente é investigadora* (P2, G3), contudo, ser docente não justifica menos tempo de investimento na investigação e vice-versa.

Um dos participantes, referindo-se a esta diluição, admite que (...) *o que ainda não há é esta sinergia em que, por exemplo, alguém que dê aulas e goste muito de dar aulas tem uma ideia e quer pôr essa ideia em prática e fala com um investigador e colabora com esse investigador e trabalham juntos* (P2, G3), propondo maior colaboração entre colegas onde *quem investiga muito, ok, devia dar menos aulas e quem dá aulas não devia ser pressionado para investigar tanto* (P2, G3).

A obrigação de acudir em dois campos distintos e a falta de colaboração refletidos por este participante são sinais crassos da sobre-exploração das formas de trabalho e da precariedade (Dias, 2018; Queiroz, 2017), corolários da “desregulação neoliberal”

(Fernandes, 2017, p. 34) que estimula o clima de competição do seio científico. Ademais, a dificuldade de aceder quantitativamente à “qualidade de ensino” fortalece o recurso ao mercado de *papers* como modo dominante de avaliação dum investigador/docente. Verifica-se que nem a educação diferenciada ou o treino das capacidades cognitivas são fatores de proteção (Fernandes, 2017). Os professores devem cumprir os requisitos de publicar em revistas com fator de impacto, conseguir financiamentos, bons resultados nas auditorias, entre outros (González-Calvo & Arias-Carballal, 2017) e a docência perde gradualmente reconhecimento e valor dentro e fora da mesma (Moreno & Peralta, 2018). O crescente domínio da tecnocracia leva à secundarização da aprendizagem, como se expôs no enquadramento teórico.

2.1.3. *Prioridades de Investigação*

No grupo de Cultura, Normatividade e Diversidade (G1), dois dos participantes entrevistados atuam na área do Trabalho e dois nas questões de Género, Sexualidades e Interseccionalidade. O objetivo principal do primeiro subgrupo é *a saúde individual dos trabalhadores e as condições de exercício do seu trabalho* (P1, G1). Com efeito, (...) *dedicamo-nos ao estudo dos efeitos da atividade profissional na evolução do estado de saúde dos trabalhadores e variáveis que podem contribuir para amenizar ou agravar este impacto das condições de trabalho ao longo dos percursos profissionais* (P1, G1). No segundo subgrupo, atendem-se a *questões relativas à igualdade de género, às questões de novas conceções de género, de masculinidades, feminilidades e formas hegemónicas ou não hegemónicas destas vivências* (P1, G1) assim como *as sexualidades, também elas entendidas num domínio bastante amplo, desde as práticas sexuais, a contextualização e a significação cultural dessas práticas, as relações dessas significações com o sujeito, as questões de vivências da sexualidade em grupos particularmente vulneráveis...* (P1, G1).

O grupo de Desenvolvimento e Educação (G2) analisa o desenvolvimento humano, sobretudo a *parte inicial do ciclo vital, portanto, estou-me a referir à infância e aos primórdios da adolescência* (P1, G2), embora se investigue noutros âmbitos nomeadamente naquilo que é *a orientação vocacional ao longo da vida* (P1, G2).

No grupo de Relações, Processos de Mudança e Bem-estar (G3), *a prioridade é nós percebermos estas dinâmicas relacionais, qual é a importância para o ajustamento psicológico e estes processos de mudança* (P2, G3), ou seja, *investiga aquilo que é a importância, digamos assim, das relações no ajustamento psicológico do indivíduo* (P2, G3).

No grupo de Neurocognição e Linguagem (G4) procede-se ao estudo da *linguagem e [d]os aspetos cognitivos que estão adjacentes à linguagem* (P2, G4). Um dos participantes examina os *processos envolvidos na escrita, principalmente em crianças* (P1, G4), ao passo que o outro investiga a linguagem e a música *separadamente e naquilo que têm em comum* (P2, G4).

No grupo de Sexualidade, o foco é *nas variáveis psicofisiológicas e cognitivas, nas questões da sexualidade, no comportamento sexual* (P2, G5) tendo em vista a *promoção de uma maior saúde sexual* (P2, G5).

Durante a conversação, abordou-se também a “Teoria” subjacente à investigação e às práticas assim como a “Diversidade” de visões.

2.1.3.1. Teoria

No G1, os participantes do subgrupo de Trabalho adotam uma *perspetiva teórica da ergonomia da atividade da psicologia do trabalho de origem francesa* (P2, G1). Este é um *ponto que nos diferencia, acho eu, que nos permite aceder a determinantes da atividade do trabalho* (P1, G1). Por outro lado, os participantes do subgrupo Género, Sexualidades e Interseccionalidade fazem as suas investigações na *ótica da psicologia crítica, da despatologização, do reconhecimento de vivências de discriminação em determinados contextos* (P3, G1), com uma *atenção a estas contribuições, epistemologias críticas, pós-estruturalistas, isto é muito favorecido, desde o Foucault a autores mais recentes, aos contemporâneos do género, a uma perspetiva crítica do género* (P4, G1). Neste cenário de investigação *não dá mesmo para esquecer o construcionismo social* (P4, G1).

No G2, os participantes enveredam por uma *perspetiva construtivista, desenvolvimental, ecológica* (P1, G2) entendendo o *desenvolvimento humano nesta interação com o seu contexto mais imediato* (P2, G2).

No G3, *o bem-estar, digamos assim, é a variável dependente* (P2, G3) nas investigações, não havendo, porém, nenhuma alusão à concetualização teórica usada.

No G4 adota-se uma *perspetiva da psicologia cognitiva* (P1, G4).

No G5 trabalha-se *ao nível das cognições e emoções* (P1, G5) (...) e a ideia é *perceber como é que funciona o corpo humano nesta interface entre a psicologia e as características psicológicas, portanto, e estudar o comportamento sexual, digamos assim, nestas duas variáveis* (P2, G5), analisando *como é que esse conhecimento, muitas vezes o conhecimento básico pode, depois, também ter implicações para a saúde sexual* (P2, G5).

Através das entrevistas, repara-se que dois dos grupos usam referenciais teóricos sensíveis ao contexto, alguns numa lógica de promoção e prevenção (crítico, ecológico, construtivista, desenvolvimental), dois utilizam referenciais mais focados no indivíduo e no seu funcionamento interno e um não aborda este tema; são sobretudo os objetos de estudo de que cada grupo que ditam a abordagem teórica, porém, algumas contingências nos financiamentos e nas publicações influenciam estas decisões, como se poderá apurar nos pontos 2.3 e 2.4.

2.1.3.2. *Diversidade*

Perante a variação das prioridades, um dos participantes declarou que, não obstante existir *todo um conjunto de linhas orientadoras da psicologia que são minimamente consensuais e esses mínimos devem ser garantidos* (P1, G2), uma das riquezas da Psicologia é a diversidade, considerando *fundamental nós podermos produzir a investigação de diferentes formas, com diferentes modelos, com diferentes valores e depois podermos confrontar resultados e tentarmos percebê-los de uma maneira mais abrangente* (P1, G2). Adianta que a diversidade é, talvez, uma das características que mais aprecia na Psicologia.

De facto, uma das características da Psicologia é a sua extensa ramificação em subdisciplinas (Richards, 1996). Indubitavelmente, a enorme diversidade de linhas de investigação, que confere ao CPUP uma visão múltipla sobre os fenómenos da psique é vantajosa não só para quem investiga e ensina como para os estudantes que, assim, têm oportunidade de tomar conhecimento das inúmeras vertentes e aplicabilidades da Psicologia.

2.1.4. *Percurso dos Investigadores*

Quando questionados sobre a emergência do seu interesse pelas suas linhas de investigação, os participantes acabaram por descrever o seu percurso estudantil. Dos doze investigadores entrevistados, nove formaram-se na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação (FPCEUP), um na Universidade do Minho (UM), um no Brasil sem especificar a instituição e um concluiu o Conservatório de Música antes de estudar Psicologia.

Na maioria dos casos (8), o interesse desenvolveu-se durante o contacto com as diferentes unidades curriculares, ou seja, (...) *não é que tenha tido uma visão muito a longo prazo, sempre foram decisões que foram sendo tomadas* (P2, G2). Não havendo *um interesse propriamente definido, um rumo* (P1, G1), (...) *vai sendo uma sucessão de acasos* (P2, G5) que constrói a predileção por uma temática específica. A oportunidade de participar em projetos de investigação, quer durante quer após a licenciatura ou o mestrado integrado, foi

um acontecimento fulcral para três participantes: no final da licenciatura, um dos participantes é convidado para um projeto de investigação e *esse projeto era um projeto investigação-ação e a partir daí fui sempre estando envolvida em vários projetos e, pronto, e depois também comecei o doutoramento* (P2, G2); o segundo participante recorda-se que quando (...) *fui convidada pelo centro para ajudar numa recolha de dados disse que sim, claro, e ajudei, e portanto foi desde aí que comecei, que continuei a trabalhar na investigação e é que percebi que queria mesmo fazer investigação* (P1, G4); o último afirma que, na altura, (...) *tive oportunidade de continuar a trabalhar no grupo de psicologia do trabalho, que integra o CPUP, na linha de cultura, normatividade, ah... e, portanto, foi um percurso natural* (P1, G1).

Todavia, quatro dos participantes apontaram para a influência de interesses anteriores à licenciatura. O primeiro participante revela que *as questões das escolhas ao longo do meu percurso [anterior à faculdade] também me marcavam bastante e, portanto, daí o interesse por esta linha mais ligada à educação, de uma maneira mais geral, e mais ligada a orientação vocacional de uma maneira mais específica* (P1, G2). O segundo admite que (...) *a minha muito precoce inquietude com a imposição de normas, com as situações de injustiça* (P4, G1) o encarreirou para que, durante a faculdade, houvesse *esta atenção mais particular aos contextos, à dimensão comunitária* (P4, G1). O terceiro desde sempre teve *uma paixão muito ligada à psicoterapia e à psicanálise* (P1, G3), com particular interesse *em como é que as relações entre os seres humanos podem ter um efeito de crescimento e aliás, em que tudo é relação* (P1, G3). O último participante partilhou que sempre gostou de linguagem e de estudos empírico pelo que *não foi pelo interesse prático, foi pela, vá lá, identificação intelectual* (P2, G4).

Alguns investigadores adiantam ainda motivações de cariz social subjacentes às suas pesquisas, sejam *questões de equidade e as questões de desvantagem social e de tentativa de dar resposta a essa desvantagem social* (P2, G2), seja *motivo de existir político, académico, pessoal também que é precisamente ligado à área das não normatividades* (P3, G1) ou *uma intolerância muito grande perante a intolerância* (P4, G1), pretendendo *aumentar o conhecimento para saber como ajudar as pessoas mais ao nível da intervenção* (P2, G5).

2.2. Qualidade de Investigação

A importância de uma investigação de qualidade foi partilhada e enaltecida por todos os investigadores. Consequentemente, brotaram as seguintes subcategorias: “Metodologia”, “Validação de Pares” e “Implicações práticas”.

2.2.1. Metodologia

A escolha da metodologia depende dos objetos de estudo: *não vamos estudar a prostituição nas ruas com uma metodologia quantitativa, não vamos estudar a memória com uma metodologia qualitativa* (P2, G4). Embora os investigadores possam ter as suas preferências, considera-se a *metodologia como uma resposta ao problema e não como uma preferência pessoal* (P2, G4), ressaltando que *sempre que é possível usar diferentes metodologias também se usa* (P4, G1).

No G1, o subgrupo de Trabalho segue *uma abordagem qualitativa, muito marcada pela análise do trabalho em contexto, em situação real, nunca em situação de simulação* (P1, G1), o que *implica muitas vezes que nós passemos muito tempo nas empresas e é tempo que nunca é visto como investigação propriamente dita* (P1, G1). Embora venham equilibrando a investigação com uma abordagem mista, *a gente não faz questionários nem aplica questionários isoladamente, é normalmente em contexto de entrevista, para que aquele questionário, aqueles dados quantitativos sejam situados num contexto* (P2, G1). O subgrupo de Género, Sexualidades e Interseccionalidade admite que *as metodologias são sempre, por esmagadora vontade, as qualitativas* (P4, G1) pois *nestas lógicas teóricas, como em quaisquer outros posicionamentos epistémico-concetuais, é natural que as metodologias, e os posicionamentos metodológicos, as acompanhem, e ao acompanhá-las são tendencialmente muito mais qualitativas, até porque os próprios referenciais teóricos nasceram muito mais dessa linha* (P4, G1).

No G2 é sobretudo *muito privilegiada a observação, por isso acho que, de entre as várias técnicas e métodos, acho que aqui a observação e esta questão do que é que é a potencialidade e as grandes vantagens da observação, que é precisamente a interação da pessoa em contexto* (P2, G2), embora *quando se está a estudar o início do ciclo vital a recolha de dados seja mais objetiva do que qualitativa, sobretudo, quer dizer, eu não estou a imaginar fazer entrevistas a crianças* (P1, G2). Em suma, *é um pouco transversal, é mesmo uma abordagem multi-método, ou seja, recorremos a diferentes ferramentas, recorremos a diferentes desenhos de estudo, quer quantitativos quer qualitativos* (P2, G2).

No G3 *são fundamentalmente metodologias quantitativas* (P1, G3), estando (...) *cada vez mais a especializar-nos, digamos assim, em termos daquilo que são os estudos*

experimentais, também (P2, G3). Contudo, (...) temos estudos qualitativos que são para dar resposta a questões mais exploratórias que surgem muitas vezes porque ainda não temos resposta à nossa questão (P2, G3).

No G4, a investigação é quantitativa, com uma *metodologia experimental, com controlo, recolha de dados em ambiente controlado (P2, G4)*. Para além dos estudos experimentais, alguns investigadores fazem (...) *estudos correlacionais onde utilizo amostras muito grandes para conduzir análises estatísticas sofisticadas (P1, G4)*.

No G5, a investigação *passa sempre por diversas metodologias com grande enfoque nas metodologias experimentais (P2, G5)*. Aliás, (...) *arriscaria dizer, tenho quase a certeza também que a esmagadora, senão todos, a esmagadora maioria dos estudos no âmbito do Sexlab são de âmbito quantitativo (P2, G5)*. O espaço privilegiado que é o nosso laboratório, onde temos sobretudo medidas de vasocongestão (P2, G5) potencia a preferência por recorrer a grandes números, recorrer a perfis típicos, enfim, recorrer a uma descrição genérica das características dos grupo (P2, G5).

De acordo com os dados, os dois primeiros grupos privilegiam a metodologia qualitativa e os três últimos a quantitativa, apostando todos nas duas modalidades quando possível.

Segundo os trâmites neoliberais expostos no enquadramento teórico, a aposta no contexto e no qualitativo pode ser duplamente desfavorável na medida em que não permite medições ou comparações e é sensível ao contexto. Como se mostra no ponto 2.3.3.3., muitas vezes há a necessidade de incluir indicadores quantitativos para aumentar a probabilidade de financiamento de um projeto inicialmente qualitativo. Este condicionamento para obter financiamento revela uma lógica utilitarista através de um racional de reducionismo quantificador. Tal agenda neoliberal afunila as formas de criar “verdade” à ótica tecnocrata e calculável.

2.2.2. Validação de Pares

Dois participantes falaram da importância da validação de pares para garantir a qualidade da investigação. Este processo de *encontrar a legitimidade através dos outros, daqueles que são outros investigadores, que, de facto, reconhecem a qualidade e a legitimidade para os resultados que são encontrados ou a discussão que é feita a partir desses mesmos resultados (P2, G2) é uma tentativa de controlo da qualidade dos artigos e de quando se submete as coisas já foram revistas por duas, três pessoas e já há aqui uma*

tentativa pelo menos de segurar isso (P2, G5). Não constituindo critério único, é um dos principais e acho que ele faz todo o sentido constituir o grosso do nosso trabalho (P2, G2).

2.2.3. *Implicações práticas*

Durante a entrevista, a questão da aplicabilidade das investigações psicológicas foi considerada prioritária por seis investigadores, oriundos de quatro grupos diferentes – G1, G2, G3 e G5.

Esta preocupação muito grande com a disseminação (P2, G2) traduzida no cuidado constante de fazer seminários, de devolver resultados de investigação quando as pessoas pedem, de tentar pensar em implicações que tenham a ver com a prática, de tentar estar atento às dimensões contextuais (P4, G1) é crucial no sentido da transformação social, da contribuição para os contextos no que é possível (P4, G1).

Como resume um dos participantes, o que me interessa é se estamos a contribuir para uma melhoria quer do bem estar individual, que pode trazer melhorias na minha prática enquanto psicóloga clínica ao nível individual ou então também pensando nas questões a nível social, como é que isto vai trazer benefícios para a sociedade tal como ela está (P2, G5).

Este reconhecimento da necessidade de procurar um sentido que não se esgote na publicação, devolvendo resultados aos contextos para resolver problemas ou sugerir transformações, contraria o espírito da investigação comercializável a curto prazo. Mesmo dum ponto de vista ético é importante devolver à comunidade saberes que podem ser úteis e que, muitas vezes, foram possíveis através de financiamento público (Fernandes, 2017).

Todavia, se o conhecimento gerado está imbuído de uma lógica psicologizante – de uma visão do mundo conforme os trâmites neoliberais –, por muito bem intencionada que seja, esta implicação prática perpetua na mesma os poderes instituídos.

2.3. **Financiamento**

O conhecimento científico resulta da situação social e dos investimentos políticos que o criam e partilham (Marecek & Hare-Mustin, 2009, p. 77). Assim, a terceira categoria explora a perceção dos investigadores sobre o peso dos financiamentos na produção científica do CPUP. Da análise, destacaram-se as seguintes subcategorias: “Tipo”, “Critérios” e “Condicionalismos”.

2.3.1. *Tipo*

Um dos investigadores achou importante aclarar que existem *diferentes tipos de financiamento e com isso diferentes critérios e diferentes objetivos e diferentes tipos de projeto* (P2, G2), distinguindo três: os da FCT são *projetos normalmente de 2, 3 anos, e acho que esta questão da duração também diz muito, e acho que são, pronto, são projetos, acho que diria de tamanho médio* (P2, G2); os do H2020 são *dos tipos de financiamento mais competitivos, e aqui, além dos aspetos que eu referi, como são projeto muito maiores* (P2, G2) abarcando *11 países, 17 parceiros, por isso é uma quantidade... ao todo são sessenta investigadores* (P2, G2). Com efeito, o nível de complexidade para organizar e cumprir os objetivos é também maior; por último, há *outros financiamentos que são os Erasmus +, que não têm um carácter tão grande ou tão forte em termos de investigação mas que eu acho que são muito interessantes em termos de parceria* (P2, G2).

A análise das prioridades de investigação provenientes dos vários tipos de financiamento, embora de carácter relevante, não será alvo de escrutínio nesta dissertação, bastando-se em explorar a sua tendência geral.

2.3.2. Critérios

Quando os participantes foram questionados sobre os critérios que consideram ser importantes para a obtenção de financiamento, as respostas, embora variadas, revelaram pontos coincidentes.

Neste meio, diz-se, *bastante competitivo* (P2, G5) cujas candidaturas são, *de facto, uma loucura* (P2, G2), há critérios que são *claros* (P3, G1): a *relevância quer em termos de conhecimento científico, quer em termos depois daquilo que vão ser as suas implicações e os seus contributos para aquela realidade em particular* (P2, G2); a *exequibilidade* do projeto é outro critério *porque também não podemos ter projetos megalómanos, têm que ser projetos relativamente circunscritos e essa questão da exequibilidade também será extremamente importante e depois a concretização efetiva* (P2, G2); um parâmetro *cada vez mais valorizado tem a ver com a internacionalização, portanto, se tiver um projeto que englobe o estudo conjunto com outras comunidades, outros países, outros investigadores, tudo isto acaba por ser valorizado* (P1, G2); a *questão da clareza, como qualquer trabalho de investigação científica, há-de ser sempre um aspeto extremamente importante* (P2, G2). Ademais, *tem a ver com a experiência da equipa, tem a ver com o número de publicações que a equipa tem, tem a ver com os estudos anteriores, tem a ver com financiamentos anteriores, tem a ver com multidisciplinariedade* (P2, G3), além de que *não é só o tema do projeto mas também a equipa do projeto e, portanto, aí quanto melhor o currículo, mais*

publicações, comunicações, redes de investigação em que nos inserimos, isso acaba tudo para contribuir para o projeto ser bem-sucedido (P1, G4).

Vários investigadores manifestam *muita crítica em relação a muitos critérios que são usados (P3, G1)*. É sabido que (...) *eles pretendem que os projetos espelhem este tipo de questões, quais as implicações, para que é que isto vai ser útil, o que lá está o que me parece, por vezes é que o que vai avaliar isso pode não ser necessariamente um verdadeiro reflexo disso (P2, G5)*. Primeiro, *a necessidade de demonstrar experiência é um critério absolutamente burocrático, que é isto vai ser aprovado se eu continuar a fazer uma coisa que já fiz (P2, G4), o que é um bocadinho frustrante mas é essa a realidade, ninguém me vai dar uma bolsa se eu for mudar de tema de repente e fazer uma coisa que nunca fiz (P2, G4); segundo, embora uma pessoa com muitas publicações é uma pessoa que tem feito muitos trabalhos de investigação que, de alguma forma, a partir do momento em que estão publicados quer dizer que estão aceites pela comunidade científica, foram validados, portanto são úteis para a sociedade (P1, G2), (...) isto é do ponto de vista teórico, que às vezes há artigos, passando a expressão, muito de encher chouriços, não é? (P2, G5); por último, há coisas externas a nós, que são os piscares de olhos e os avisos das escolas abertas aos vários níveis para diferentes projetos, sejam os da FCT, sejam europeus, sejam internacionais (P4, G1) que influenciam as intenções de estudo. Por exemplo, temos financiamento na União Europeia. Todos os anos sai um documento em que nos diz assim, este ano as prioridades são estas. Todos os anos não, de sete em sete anos sai um documento com as prioridades mas depois dentro dessas prioridades todos os anos saem mini prioridades (P2, G3)*. Como tal, *se há uma crítica a fazer à FCT é que eles em termos de visão mudam de cada dois a dois anos ou de ano a ano e que, pronto, o facto de ser tão errático, de estar sempre a mudar as regras do jogo, acho que isso é algo que não era assim que devia acontecer, devia haver muito mais sustentabilidade, também, antes de tomarem uma decisão e de dizerem, então, quais são as grandes linhas de orientação em termos de investigação científica em Portugal (P1, G2); estes comentários vão de encontro ao postulado no enquadramento teórico sobre como a investigação deve ser entendida no contexto do poder, dinheiro e prestígio. Num mundo académico que adequa o que se estuda a pedidos externos não pode existir uma pesquisa desinteressada que todos os dias descobre mais sobre a psique humana apoliticamente (Parker, 2007), tornando-se a investigação numa prestação de serviços comercializável à mercê de financiadores ou consumidores públicos ou privados, secundarizando ou mesmo obliterando o conhecimento como fim em si mesmo.*

Além dos critérios enunciados, oficiais e oficiosos, houve quem fizesse sugestões: dar maior relevo à originalidade – *inicialmente, eu pensei que era a originalidade. Atualmente acho que não é de todo* (P2, G4) –, à liberdade – *eu gostava que aquilo que fosse relevante era a liberdade do investigador em realizar a investigação que quisesse fazer, ter essa liberdade seria excecional* (P1, G2), à experiência terapêutica ou à pluralidade *efetiva* daquilo que são as áreas de intervenção da psicologia (P3, G1) com especial atenção para a ideia dos contextos locais (P3, G1). Outros gostariam de ver aqui um outro tipo de financiamento que seria precisamente um cruzamento maior entre aquilo que são as parcerias estratégicas e depois aquilo que é a investigação pura e dura e a tentativa de produção de investigação científica, de produtos científicos aqui dum lado e doutro (P1, G2). Ainda, um dos participantes constata que se dá demasiada importância aos artigos publicados, sobretudo nos investigadores recentes: *não está completamente escrito a dizer é obrigatório ter mas, à quantidade de pessoas que concorrem a concursos em Portugal, sem um artigo, esquece, não tens financiamento* (P1, G3). De facto, é crescente a tendência de se elaborar uma tese de doutoramento em formato de vários artigos, havendo programas doutorais que explicitam a obrigatoriedade de submeter, pelo menos, um artigo numa revista da especialidade (Fernandes, 2017). Após esta crítica, *sugere dar mais importância à questão qualitativa ou à adaptação do currículo, o quão o currículo da pessoa, coisas extracurriculares, por exemplo, ou extra faculdade, ou outras formações que a pessoa possa ter, se pudesse enquadrar com o tema principal da investigação* (P1, G3), a par de dar mais poder às instituições públicas. Alerta porém, em tom de brincadeira, que *fazê-lo e evitar os fenómenos da cunha, eu não sei como é que isto poderia ser!* (P1, G3). Em suma, *era a relevância da ideia, não só o pragmatismo, acho que hoje em dia é muito pragmatismo da ideia, se é viável, se não é, se se vê rapidamente qual é a aplicação prática, se vai fazer alguém poupar dinheiro ou não* (P1, G3). Embora, segundo os relatos, os pressupostos que deveriam ser estimulados na procura do saber – originalidade, liberdade, experiência – são aqueles que contam menos para obtenção de financiamento, é notória a postura crítica e inconformada de alguns participantes, revelando sinais de insurgência por baixo do manto tecnocrata neoliberal.

2.3.3. Condicionalismos

As entrevistas revelaram que, além dos critérios oficiais, (...) às vezes, *temos que dar a volta àquilo que gostamos e àquilo que estamos a fazer para ir um bocadinho de encontro a isto* [ao que é pedido pelas entidades financiadoras] (P1, G3). Há várias condições que

ajustam as candidaturas num *mundo ocidental, europeu, fortemente influenciado pelas questões anglo-saxónicas, pelas lógicas norte-americanas, muito caracterizado, como sabemos, esmagadoramente caracterizado por questões neoliberais* (P4, G1).

Da análise sobressaíram as “Cedência no Discurso”, a “Exclusividade”, a “Predileção quantitativa”, a “Pressão para publicar”, o “Tempo”, a “Tradição Universitária” e a “Visão Neoliberal”.

2.3.3.1. Cedência no discurso

Quatro dos participantes aludiram às cedências no discurso necessárias para aumentar a probabilidade de aprovação: *com os anos de prática nós vamos saber usar uma linguagem... bom, ou seja, nós vamos aprendendo a fazer cedências* (P1, G1). A questão da linguagem é um *esforço de tornar legível o que se anda a fazer ou o que se pretende vir a fazer, isso com certeza, mas antes fosse isso, porque não é. Geralmente, é uma articulação do discurso para aquilo que as pessoas querem ouvir* (P4, G1). Um dos participantes afirma que (...) *temos vindo a aprender a fazer algumas cedências a aproximar mais de uma corrente anglo-saxónica, muito nos últimos tempos e também usar cada vez mais termos que ainda aumentem a nossa possibilidade de termos a bolsa ou o financiamento* (P1, G1). Indubitavelmente, (...) *temos que mudar muito e temos de fazer muita plasticina das nossas vontades porque, enfim, porque há que tentar que as pessoas possam ter dinheiro para investigar* (P4, G1).

Todavia, rejeitam que as cedências sejam assumir uma posição de incoerência. Pelo contrário, isto (...) *implica sabermos também comunicar as nossas intenções, o que é que nos propomos a fazer e o que é que vamos medir, o que é que vamos analisar, o que é que vamos fazer com esses dados* (P1, G1). Em certos casos, *há depois uma liberdade que ainda a assiste de poder depois dentro do programa ir desenvolvendo, enfim, ao longo do programa de trabalhos, coisas que até não eram as que estavam descritas e até, muitas vezes, porque de facto as pessoas até podem partir dum projeto específico que depois vão percebendo que aqueles referenciais a que se propuseram não eram os que interessavam* (P4, G1). No fundo, *é um jogo de cintura* (P4, G1), (...) *uma questão de afinar a nossa linguagem e de abrir cada vez mais à comunidade que financia porque nós também nos devemos colocar na posição de quem tem o cheque e a caneta para assinar o cheque* (P1, G1): *fazemos essa cedência de bom grado porque tem que ser* (P1, G1).

Como conclui um dos participantes, *importa fazer o que nós queremos mas também não vale a pena ir contra o que é proposto na abertura do concurso porque senão não temos*

financiamento (P1, G4). A título de exemplo, na última abertura de concursos da FCT eu quis concorrer e, portanto a minha área é na escrita mas depois como são valorizadas outras componentes como a questão tecnológica, da saúde, uma pessoa acaba por moldar um bocadinho o projeto para tentar, digamos assim, tocar nesses pontos porque é valorizado (P1, G4).

2.3.3.2. Exclusividade

Dois participantes criticaram a obrigação de exclusividade enquanto investigador. *Para já, não somos assim tão bem pagos quanto isso porque já não é atualizado há quinze anos o valor, e portanto não é muito dinheiro e (...) obriga-te a exclusividade. Quer dizer não te dão muito dinheiro, e depois não podes trabalhar noutras coisas (P1, G3). Por outro lado, (...) eu sou muitas vezes convidada para publicar em edições especiais de revistas ou de livros aqui em Portugal, pelo tema do meu doutoramento. E aí então o que é que acontece, muitas vezes se eu aceito essa publicação, eu perco a oportunidade para submeter para uma revista ISI (P3, G1). Nasce, assim, um dilema de difícil resolução: (...) não era suposto eu também fazer investigação em Portugal e contribuir para a produção científica em Portugal, não é? E então, muitas das vezes eu, claro, tento fazer uma gestão daquilo que possam ser determinados contextos, às vezes aceito outras vezes não, mas isto pesa-me, não é?, porque pesa também no currículo e naquilo que é considerado então o que é que é científico ou não é e o que é valorizado ou não é (P3, G1).*

2.3.3.3. Predileção quantitativa

Mas é uma questão de cedências de linguagem, aproximarmo-nos a quem nos financia, em termos de linguagem e depois é quantificar (P1, G1). Embora se concorde que as metodologias quantitativas e qualitativas devem servir para aquilo que nós quisermos estudar tendo em conta aquilo que nós quisermos saber e que (...) ambas obviamente têm as suas vantagens e desvantagens (P2, G5), no que concerne ao financiamento existe uma clara predileção pela investigação quantitativa: temos, agora sim, uma forte pressão para quantificar tudo e (...) acho que aumentamos as nossas hipóteses de financiamento (P1, G1).

Por outro lado, há uma forte necessidade de *justificar porque é que metodologias qualitativas e porque que é que metodologias que se posicionam também são válidas na produção de conhecimento, parece que temos de estar sempre a justificar que somos válidos e válidas em todo este processo (P3, G1); (...) não devia ser só teses em que tens*

obrigatoriamente que recolher dados, porque é importante o que vem da psicanálise, da metapsicologia, isto é fundamental, há coisas que o conhecimento clínico, horas e horas a ouvir pessoas, isto é um conhecimento técnico especializado que tem relevância (P1, G3).

Contemplando este cenário, um dos participantes admite que *é quase como se nós fôssemos todos iguais. E não somos. É quase como se nós deixássemos de ser pessoas e passássemos a ser números e a visão tende a ser cada vez mais essa. É algo estranho mas a gente caminha para aí (P1, G2)* – além de definir, os números substituem a realidade (Dalal, 2018, p. 91). A ideia de que aquilo que não se pode contabilizar não existe é basilar para a definição instrumentalista e puramente hiper-racional de eficácia (Dalal, 2018), característica das novas políticas de gestão. A investigação deve produzir resultados que possam ser objetivamente analisados (Verhaeghe, 2014) porque são estes resultados que determinam a posição da Universidade a nível mundial (Dalal, 2018). Esta ameaça/recompensa acaba por garantir a conformidade das universidades e dos seus investigadores.

A missão histórica da Psicologia em estudar a subjetividade que escapa às ciências exatas acaba por falhar (De Vos, 2008) pois o que se verifica é que *aquilo que é mais próximo da medicina ou das ciências exatas na psicologia também parece ter cada vez mais valor em detrimento daquilo que é mais ah, individual ou subjetivo (P1, G2)*. Consciente ou inconscientemente, a Psicologia acaba por reforçar a ideia errónea de que apenas o que pode ser diretamente observado e medido conta (Parker, 2007), mostrando-se uma vez mais, como o tem feito ao longo da sua história, necessitada de uma reinvenção conceptual para conservar o seu estatuto social (Cabanas & Illouz, 2019, p. 47). A médio-longo prazo, a própria noção de subjetivo pode tornar-se conforme à ideologia dominante, assumindo-se a Psicologia como instrumento de manutenção da ordem e não como facilitador da afirmação e maturação do sujeito único e irrepetível.

2.3.3.4. Tempo

A problemática do tempo é um dos problemas centrais que a Universidade deve enfrentar caso queira manter a sua relevância para a cultura (Fernandes, 2017) e foi levantada diretamente por quatro participantes, através de duas perspetivas diferentes. O primeiro declara que, fruto da experiência, sabe que o prazo que o financiamento impõe para terminar a investigação nunca coincide com o que se verifica realmente (...) *porque é em ambiente natural, existem variáveis que são imponderáveis e aquilo é uma atividade de trabalho, é uma empresa que não se consegue delimitar tudo rigidamente como nos impõe nos*

programas de financiamento (P1, G1). O segundo, na sua posição de doutorando, afirma que quem está a fazer um doutoramento dificilmente está só a fazer o seu doutoramento (P1, G5), cumprindo, no dia-a-dia, outras tarefas necessárias ao seu grupo de investigação.

Num outro prisma, outros dois investigadores abordaram o tempo como fator essencial para a maturação das ideias: (...) *eu acho que andamos numa fase muito pragmática da coisa e andamos a esquecer a importância das grandes ideias para a psicologia que demoraram anos a serem construídas (P1, G3). As pessoas precisam de tempo e calma e tal para pensar e fazer e construir as coisas (P2, G5) mesmo que nem sempre se consiga ver logo qual é a aplicação prática disto, qual é a viabilidade financeira disto (P1, G3). Não sabendo bem como o executar, um dos participantes crê que (...) depois de sentirmos que o investigador que foi contratado, o professor que foi contratado para uma faculdade tem competência, se acreditamos na competência dele devemos lhe dar tempo para trabalhar (P1, G3).*

Uma das principais causas para a falta de tempo é a pressão para a publicação, analisada no ponto 2.4.1. Tendo a acumulação de dados como principal critério de sucesso (Dalal, 2018), a pressão para a publicação nas suas áreas consome a maior parte do tempo dos profissionais, sabendo cada vez mais de cada vez menos. Daqui, duas questões se levantam, em consonância com Fernandes (2017): primeiro, caminhamos para uma universidade de grande produtividade e parca cultura?; segundo, [...] *eu brinco muitas vezes ali com a malta na sala, que é... digo-lhes que nunca ninguém há de ler os nossos artigos (P1, G3) pois no meio de tanta informação e tão pouco tempo, quem lê o que se escreve? Esta constatação manifesta com clareza a tendência de sobreprodução capitalista. Particularmente no contexto académico, indaga-se se tal produção incessante pode servir para manter ocupadas camadas com poder intelectual e posição social para questionar tal conjuntura.*

2.3.3.5. Tradição universitária

Dois dos participantes destacaram que *aquilo que é uma faculdade de psicologia na Universidade do Porto e aquilo que é uma faculdade de psicologia noutra cidade qualquer, existem linhas de investigação, existem modelos teóricos que são mais valorizados numa do que outra. Ah, óbvio que a investigação que é produzida numa e noutra, com certeza, será diferente e (...) seria irrealista achar que esses condicionalismos iniciais não existem (P1, G2). Ademais, um dos participantes gaba a FPCEUP por ter um serviço de consultas independente da investigação. Segundo o mesmo, muitas vezes o serviço de consultas das*

universidades serve para testar programas de intervenção psicológica, recolher dados e publicar os resultados. Aqui (...) *estamos a fazer um real apoio à comunidade. Agora, Minho, ISMAI, Lisboa não tenho tanto a certeza, o ISPA também é capaz de ter as duas valências mas o Minho e o ISMAI, por exemplo, o maior interesse é provar os modelos deles de intervenção. E é um modelo de intervenção de vinte consultas* (P1, G3).

2.3.3.6. Visão neoliberal

Durante o diálogo com um dos participantes, discutiu-se a hegemonia dos modelos cognitivo-comportamentais e os argumentos utilizados (...) *para te querer fazer pensar de que aquilo que está a ser mais validado é realmente a forma como o ser humano funciona, não é? Lá está, é tentar por uma manipulação estatística, por uma catrefada de coisas, pôr teorias fora e aprovarem outras* (P1, G3).

Farhad Dalal (2018, p. 6) faz uma crítica feroz e fundamentada às terapias cognitivo-comportamentais, estabelecendo a seguinte ponte: “CBT’s success is a political victory masquerading as a scientific one”. Não aludindo diretamente ao fenómeno da psicologização, descreve a realidade neoliberal inglesa e o papel fundamental destas terapias na elocubração da perspetiva de um indivíduo totalmente responsável pela sua felicidade: “what is being perpetuated is the training of individuals in the art of mind control, so that they can think themselves happy in unhappy circumstances” (p. 94). De facto, é inequívoco que a retórica das Terapias Cognitivo-Comportamentais é a mesma que a retórica neoliberal, o que pode explicar a sua hegemonia em Inglaterra e nos Estados Unidos e, por consequência, nos países que adotam a centralidade da ciência anglo-americana; não deixa de ser interessante que Richard Layard, principal evangelizador destas terapias (Dalal, 2018), seja um economista.

Ao longo das entrevistas, ficou claro que grande parte dos investigadores reconhecem as contingências para o financiamento, porém, sentem-se impotentes relativamente às suas premissas. Alfred Sohn-Rethel (1978 citado por Parker, 2007) apelida esta noção de “necessary false consciousness”. Significa isto que é imperativo incorporar este *modus operandi* para sobreviver no mundo académico, embora se reconheça perfeitamente a ideologia subjacente ao sistema (Parker, 2007). Esta é uma das principais conclusões desta dissertação: a profunda consciência por parte dos investigadores sobre o estado da investigação científica manobrado para responder a interesses de determinados grupos (Dalal, 2018; Fernandes, 2017) não é suficiente para impedir a reprodução da norma pois para singrar nesta conjuntura, “one has to demonstrate one’s allegiance to, and go along with,

the ruling ethos” (Dalal, 2018, p.40). Um dos participantes revela ter *muita estima por muitos destes colegas e não tenho por muitos outros que se vendem de uma forma desnecessária, nomeadamente em algumas posições de poder, a coisas que podiam mudar positivamente na publicação e não mudam* (P4, G1).

2.4.Publicações

A publicação de *papers* constitui a unidade de produção por excelência dos departamentos de investigação (Verghaeghe, 2014) e *é uma das coisas finais, ou seja, eu quando penso um estudo, ah..., eu tenho objetivos durante a realização do estudo mas o objetivo último é sempre ter uma publicação* (P1, G4). Da análise desta categoria, destacam-se as seguintes subcategorias: “Pressão para publicar”, “Processo”, “Internacionalização”, “Fator de impacto”, “Escrita Científica” e “Excesso de Informação”.

2.4.1. Pressão para publicar

Todos os participantes reconhecem o papel fundamental da publicação, assim como a necessidade de exigência e critério na produção de artigos científicos. *Tem que haver um critério de avaliação da performance na ciência, isso é inquestionável* (P2, G4) e *é necessário aqui, de facto, alguma exigência em que as pessoas têm que demonstrar algo* (P2, G5). As entrevistas permitiram apurar que três dos participantes concordam com os moldes de investigação atuais seja pela maior facilidade relativamente a tempos anteriores ou pelo gosto de publicar. Contudo, os restantes participantes tecem críticas à atual política de publicação científica.

Por um lado, *é importante ter noção que se deve produzir porque isto também nos permite atualização de conhecimentos (...) porque nós estamos a um nível de internacionalização, de globalização neste conceito tão rápido que se nós não produzimos parece que amanhã já é desatualizado* (P3, G1) e *o conhecimento científico, se há algo que o distingue de outro tipo de conhecimento tem a ver precisamente esta questão da validação de pares* (P2, G2).

De facto, a comunicação do conhecimento científico é uma prática antiga na ciência (Fernandes, 2017) e a obrigação de mostrar trabalho é legítima até porque *são conhecidas histórias em universidades do mundo, portanto, não é só em Portugal, portanto isto é em todo o mundo, de gente que era capaz de com este argumento, ok, então não preciso, não posso ter pressão para pensar, por exemplo, e à conta disto não havia rigorosamente trabalho prático nenhum* (P2, G5). Assim sendo, (...) *eu acho bem que haja pressão para*

investigar, dentro daquilo que é uma faculdade porque isto faz-nos andar para a frente (P2, G3) seja na atualização constante do conhecimento ou como *oportunidade de refletir sobre as tais implicações que poderá vir a ter* (P1, G5).

Por outro lado, *temos que publicar* (P1, G1). A investigação *que segue esta pressão, quase que lhe poderia chamar muito capitalista de ser tudo muito à pressa* (P1, G3), *acaba por ser muito má no sentido em que as pessoas depois fazem qualquer coisa às três pancadas, publicam uma coisa qualquer* (P2, G3). Este intento de publicar, muitas vezes *não importa bem o conteúdo da publicação desde que se publique* (P1, G2) leva a que, em muitos casos, *publiquemos redundâncias ou irrelevâncias, acho eu, porque tem que ser* (P1, G1). O foco na celeridade e quantidade de publicação não dá *tempo para se amadurecer ideias. E, portanto, as pessoas só querem publicar. Não há interesse em mais nada* (P1, G3). Estas declarações coadunam-se com o enquadramento teórico na medida em que, numa lógica mercantil, a publicação científica tornou-se a causa da produção científica (Correia, 2019). Spence (1985, p. 1293) vaticinou com exatidão algumas consequências dos níveis elevados de produção: “we may inadvertently be training young scholars to produce the superficial, the flashy, and the quick and dirty and causing them to become disillusioned and cynical about the purpose of research”. Ou como, de modo sardónico, acrescenta Parker (2007, p. 41): “most studies get silly answers because they ask silly questions”.

Posto isto, os participantes clarificam que a crítica *não é contra a publicação em si, muito pelo contrário, mas contra (...) a forma como ela hoje massivamente está a ser entendida, naquela expressão inglesa do publish or perish, não é? Quer dizer, ou tu publicas e publicas naquilo que a gente quer e naquilo que tem valores não sei o quê de impacto ou morres e ficas a morrer na praia* (P4, G1). *Nós não somos livres de estudar aquilo que queremos, da maneira que queremos* (P1, G2) e *a fasquia é igual para todos os grupos, seja a investigação quantitativa, seja investigação qualitativa, é igual e nivela-se o nível de exigência* (P1, G1) numa *utilização de critérios tão rígidos que a coisa funciona muito a preto e branco* (P2, G5). Estes critérios standardizados, ritualistas e triviais, característicos da industrialização da investigação científica (Dalal, 2018), devem ser cumpridos porque, para além do dinheiro gerado (Billig, 2013; Lock & Lorenz, 2007), maior número de publicações equivale a uma posição universitária mais elevada nos *rankings* mundiais (Dalal, 2018).

Por consequência, *tanta pressão para publicar, joga contra a psicologia* (P1, G3): primeiro, estimula-se a publicação de miudezas porque *no final do dia o que é que conta? Conta que tens seis artigos de uma investigação, de uma empresa mas que se tu fores juntar*

aqueles seis artigos, aquilo é só uma investigação e na verdade aquilo era só um artigo (P1, G1). Esta publicação em massa de pequenas frações de trabalhos (P1, G2) impede a realização de trabalhos com qualidade, se calhar projetos que demoram três anos em vez de demorarem seis meses (P2, G3); segundo, privilegiam-se as soluções rápidas, eficientes, e que se esquecem da interioridade do ser humano (P1, G3) num processo que dificulta muito que apareçam os próximos Freuds, Piagets, sei lá, muita malta aqui da psicologia que dificulta imenso que eles apareçam (P1, G3). Em suma, privilegiar os números em detrimento da qualidade faz-me pouco sentido, eu posso publicar cinco artigos à volta da mesma coisa ou posso publicar uma artigo com muita qualidade acerca do conteúdo que eu tenho (P1, G2). É incontestável a aplicação com sucesso do modelo económico, através das NPM, da eficácia e tecnocracia, em torno do quantificável (Gonçalves & Coimbra, 2018; Monbiot, 2016; Verghaeghe, 2014). Além disto, os participantes admitem que esta pressão faz com que a pessoa às vezes nem faça tanto, ou crie muita angústia nos processos. Associa a investigação como processos muito dolorosos e não tinha que ser (P3, G1). Um participante exemplifica este ponto ao afirmar que gosta (...) de nem pensar nisso porque se eu me focar só nisso, nessa coisa dos números, à partida o meu trabalho não vai ser tão bom (P2, G3).

Perante este cenário, é importante *cuidar enquanto investigadores e na universidade de não acabar por gerar, de ter muito mais preocupação com a quantidade de artigos e aí acabar fazendo publicações que acabam por não ter muito sentido, muitos estudos que não têm muito sentido e sem o cuidado de que aquela produção ela realmente seja responsável, ela tenha uma perspetiva de retorno social de alguma forma (P2, G5). Tal avizinha-se difícil no meio da necessidade de publicar (publish or perish), ganhar reconhecimento internacional, entre outras tarefas de carácter inadiável, nas quais o trabalho científico não se mobiliza por uma motivação ancorada no desejo de saber. O esvaziamento deste propósito favorece, inevitavelmente, o facilitismo e a conformidade.*

Não obstante as críticas à política de publicação, um dos participantes observa com lucidez que *é muito fácil nós criticarmos, não é? Mas para quem está a gerir isto também não é nada fácil dizer assim, ok, como é que eu avalio a qualidade destes trabalhos? (P2, G3).*

2.4.2. Processo

Pelas declarações dos quatro participantes que falaram sobre o processo de submissão de um artigo a uma revista científica é preciso *moldar essa ideia aos parâmetros da revista*

(P1, G2). Sendo aceite, a revista sugere várias alterações obrigando a *moldar o nosso discurso já moldado inicialmente* (P1, G2). Isto significa que (...) *nós não podemos escrever da maneira que queremos, nós não podemos transmitir a mensagem da maneira que queremos, e quando nós não podemos usar as palavras que queremos nos não estamos a passar exatamente a mesma mensagem* (P1, G2). Esta dinâmica é semelhante à das candidaturas para financiamento analisadas anteriormente. Outro participante concluiu que, mesmo quando publicada, a maioria dos artigos têm pouca originalidade. Constituindo as revisões sistemáticas e adaptações de escalas grande parte do conteúdo dos artigos e não questionando a sua importância, *qual é a originalidade disto? É zero* (P1, G3).

Perante este *conjunto de armadilhas no meio deste processo* (P2, G5), *publicar hoje é publicar sob um conjunto de condições tão castrantes, tão despromotoras da qualidade do trabalho, tão pouco, a meu ver, respeitadoras do que deve ser o apogeu do trabalho académico* (P4, G1). Estas condições despromotoras da qualidade do trabalho – a pressão para a publicação, a necessidade de financiamento, o cumprimento de prazos reduzidos – confrangem a criatividade e a originalidade (Parker, 2007), de resto pouco valorizadas.

2.4.3. Internacionalização

A internacionalização da investigação foi discutida abertamente por cinco participantes; dois concordam que *a produção de artigos científicos internacionais faz todo o sentido* (P2, G2) ao passo que três reconhecem que *a publicação se ressent de uma hegemonia no mundo em geral e de um imperialismo inaceitável que é o imperialismo do inglês* (P4, G1).

Por um lado, há *uma possibilidade de entendimento universalizável que não é negligenciável* (P4, G1), pelo que *não faz sentido nós estarmos a realizar investigação que não seja internacionalmente relevante* (P2, G2). Ademais, *a língua inglesa torna tudo explícito, o leitor não tem que fazer o esforço de estar a tentar compreender aquilo que está a ser dito. Isso é um trabalho que cabe ao autor e que cabe torná-lo suficientemente claro para ser entendido à primeira vez que se lê* (P2, G2). A tendência da comunicação em ciência é, precisamente, a de uma linguagem objetiva e unívoca, uma linguagem instrumental (Fernandes, 2017).

Por outro lado, *preocupamo-nos muito com a internacionalização, com os domínios a nível de vários países estarem envolvidos, desta ideia da globalização, mas, por exemplo, esquecemo-nos que existe muita vida em Portugal, nas aldeias, nos contextos mais rurais, isso também é intervenção, é intervenção psicológica e ah, e está por ali* (P3, G1). *Tendemos*

a desvalorizar aquilo que produzimos (P1, G2) e a colocar tudo o resto que é feito noutras línguas, nomeadamente catalogar isto ao nível das publicações como o internacional e aquilo que não cumprindo o inglês e aquilo que interessa, o regional (P4, G1). Como afirma um dos participantes, *se virmos um artigo em língua portuguesa e um artigo em língua inglesa tendemos a achar que aquele que está em língua inglesa é melhor (P1, G2).*

Esta predominância do inglês acompanha o processo de globalização, muitas vezes visto como imperialismo cultural (Torgal, 2015). Sem dúvida que a língua é uma condição do próprio pensamento e a história é rica em exemplos de imposição de uma língua única como instrumento de dominação política (Fernandes, 2017) – a clássica distopia orwelliana “1984” é um exemplo inequívoco do modo como a moldagem da linguagem constrói as estradas do pensamento. Além disso, questiona-se se, no interior da dinâmica da investigação comercializável a curto prazo (Rhoades & Slaughter, 2004), a simplificação da linguagem é outro dos contributos para a diminuição do carácter hermenêutico e reflexivo das investigações.

2.4.4. *Fator de impacto*

O fator de impacto é um indicador bibliométrico que corresponde ao número de citações numa certa revista nos dois anos anteriores a dividir pelo número de artigos publicados nesse tempo. Estes critérios são *um bocadinho artificiais (P1, G4)* pois o tipo de ciência das revistas – (...) *as revistas de medicina são altíssimas, têm mais impacto do que as de psicologia (P2, G3)* – influencia desde logo o número de pessoas interessadas em determinado artigo, além de não poderem atestar *a questão da qualidade e da importância daquela produção num determinado contexto (P3, G1).* Contudo, como *as alternativas que apareceram até agora, para mim, ainda não me convenceram (P2, G2),* o fator de impacto continua a ser uma das prioridades da investigação.

Embora se reconheça e admita as fragilidades desta forma de medição, publicar em revistas ISI (Institute of Scientific Information) é importante *porque, lá está, tem impacto em termos do currículo e por exemplo, se eu quiser concorrer a alguma coisa a nível internacional eles estão pouco preocupados se a revista é portuguesa ou não, vão olhar para critérios mais objetivos como revistas internacionalmente reconhecidas (P1, G4).* De facto, o investigador não *avança, nomeadamente nos tais critérios de seleção, nos critérios de admissibilidade a lugares académicos, de investigação (P4, G1)* se não provar por este método que a sua investigação é válida. No fundo, uma investigação é válida se for redigida em inglês – para chegar ao maior número de interessados possível – e se for submetida numa

revista reconhecida internacionalmente, reconhecimento proveniente do número de citações de que as publicações foram alvo. O paradoxo entre a colossal importância deste critério e o modo simplório com que assume o impacto de um estudo não é motivo de desassossego por parte das entidades avaliadoras até porque *sabemos que as editoras têm um lucro enorme com todo o processo de revisão e com todo o processo de publicação de artigos* (P2, G2). Um dos participante explicitou, referindo-se à criação do fator de impacto, que *quem determina isto é uma empresa e é uma empresa norte-americana que depois espalha, enfim, é a Thomson Reuters e um conjunto de sites e de cálculos que se fazem com lobbies que a gente sabe que estão altamente financiados para fazerem citações específicas dos amigos, para se citarem várias vezes e que estão aqui em jogo* (P4, G1).

Determinar a qualidade das investigações sem outros critérios que não o número de citações é uma prova clara da hiper-racionalização do conceito de eficiência que constitui a atitude-padrão das NPM e da visão neoliberal (Dalal, 2018). Esta racionalização exacerbada que torna a tecnocracia cega, atomizada e descontextualizada (Dalal, 2018) leva por vezes a situações anedóticas como *papers* escritos por programas de computador (Fernandes, 2017, p. 37), sem embargo o filtro apertado das revistas conceituadas e a obrigatoriedade dum sistema de revisão por pares (Fernandes, 2017) que, mesmo sendo anónimas, (...) *os editores têm acesso aos autores e os editores é que decidem quem são os revisores* (P1, G4). Este reconhecimento não impede que se demonstre que a Psicologia Convencional em Portugal ignora os conhecimentos que não possibilitem a circulação internacional em revistas ISI com alto fator de impacto (Oliveira et al., 2013)

2.4.5. Excesso de informação

Com a estimulação incessante à produção científica, fomentada pelas contingências esmiuçadas anteriormente, as bases científicas ficam atoladas. Como as maiores das bases de dados científicas prestigiadas pertencem a empresas privadas (Fernandes, 2017), torna-se cada vez mais difícil separar o trigo do joio. Um dos participantes estabeleceu um paralelismo entre o excesso de informação na investigação científica com o excesso de informação do quotidiano. *Estamos sempre a ler o Público, estamos sempre no Facebook, temos as notícias todas mas, quer dizer, já nada surpreende, já nada recebemos com UAU...* e (...) *a investigação, a psicologia está muito assim. Há muito poucas coisas hoje em dia que lê e UAU, este tipo pensa muita bem* (P1, G3), questionando finalmente: *onde é que estão os pensamentos brilhantes de Piaget? Ah, onde é que anda o Wallon, onde é que anda o Winnicott?* (P1, G3).

Numa perspetiva holística, a dinâmica de publicação do CPUP encontra-se alinhada com o cenário de investigação científica descrito no enquadramento teórico. A expressão do poder calculável (Gonçalves & Coimbra, 2018), o programa de investigação determinado por interesses empresariais e políticos (Fernandes, 2017), a pressão para a publicação, entre outros, destacam a proatividade exercida através de um conjunto de técnicas e competências que substituem o saber (Correia, 2019), segundo as diretrizes da globalização económica (Martínez & Tarrès, 2013).

Billig (2013) anuncia este estado em que é forçoso publicar porque, além do dinheiro gerado, aumenta a posição hierárquica da instituição; com isso, atrai mais estudantes, financiamentos, promoções e melhores salários: de lugares de RESEARCH para lugares de ROISEARCH (Moreno & Peralta, 2018), pensa-se *de uma forma muito cega e muito esmagadora no que pode fazer, no que pode render* (P4, G1). Deste modo, as novas políticas de gestão – a aplicação prática da teoria neoliberal (Dalal, 2018) – podem, efetivamente, fazer da universidade uma empresa à mercê das forças do mercado (Verghaeghe, 2014).

2.5. Papel da Psicologia

A última categoria que derivou da análise das entrevistas foi o “Papel da Psicologia”. Da discussão sobre a função e o lugar da Psicologia na contemporaneidade, resultaram as seguintes subcategorias: “Neutralidade da Psicologia”, “Psicologização” e “Crítica”.

2.5.1. Neutralidade da Psicologia

Uma das questões que consta no guião de entrevista é, precisamente, se o participante considera ou não que a Psicologia é politicamente neutra; a resposta foi unânime e bem-humorada, como exemplificam algumas afirmações: *Ai, de todo, não* (P2, G3); *É, é... neutro é para aí a roupa, sei lá, da Calvin Klein em tom pastel, mesmo essa tem cor, portanto... enfim...* (P4, G1). Contudo, o significado que os participantes deram aos termos político e neutralidade foram diferentes. Para efeitos de interpretação, as suas justificações são comparadas com as definições presentes na literatura de subjetividade – amálgama da sociedade, da cultura e da história (Teo, 2015) – e de político – domínio por excelência de tudo o que é relacional (Tavares, 2015) e que não pode esquivar-se ao debate e à crítica (Picavet, 2019). Porque as justificações são referentes ao tipo de investigação exercida pelos participantes, as respostas são analisadas por grupos.

Portanto, dentro do G1, no subgrupo de Trabalho, um dos participantes admite que *no mundo ideal deveria ser neutra, acho eu porém (...) eu não digo que ela seja feita*

intencionalmente, acabamos é por repercutir discursos que já estão instituídos (P1, G1). Dando o exemplo da questão do género, que muitas vezes (...) é lida à luz duma questão de militância mais do que científica (P1, G1), (...) negligenciá-la é perpetuar discursos que não a têm em consideração, ou seja, é perpetuar desigualdades, acho eu (P1, G1). Recorrendo à sua tese de doutoramento, avança que a Psicologia estuda sempre esta questão sob o ponto de vista urbano, nunca do ponto de vista rural (P1, G1); ao desconsiderar a variável do território, considera-se que toda a gente beneficia de iguais condições de se mover de um ponto para o outro, o que não é verdade (P1, G1). Deste modo, conscientemente ou não, ao fazer isto acaba por perpetuar desigualdades (P1, G1). Declara ainda que há momentos em que a Psicologia não deve ser neutra de forma assumida como, por exemplo, nas questões laborais: se um grupo de investigação em psicologia do trabalho se posiciona ao lado destas pessoas e mostra que as condições de trabalho não são tidas em consideração, isto é um posicionamento político (P1, G1). Isto depende também muito das flutuações históricas, dos momentos conjunturais que nós atravessamos (P1, G1) e por isso prefiro sempre ver como um posicionamento profissional, ou seja, aquelas pessoas têm condições de trabalho que colocam em risco a sua saúde, por exemplo (P1, G1). O outro participante esclarece que quando se trabalha numa lógica de psicologia do trabalho sempre a gente acaba por confrontar a perspetiva organizacional da gestão económica, enfim, da perspetiva da saúde do trabalhador (P2, G1) para que seja possível ter resultados organizacionais mas que esses resultados eles não sejam a todo o custo (P2, G1). Inevitavelmente, esta perspetiva é politicamente situada (P2, G1) pois preocupa-se com o trabalho, com as condições do trabalho, com a precarização do trabalho (P2, G1). Genericamente, a Psicologia tem um papel social muito importante em todas as áreas que ela está (P2, G1).

No subgrupo de Género, Sexualidades e Interseccionalidade, um dos participantes ressalva que as pessoas *não existem em vazios políticos ou em vazios contextuais (P3, G1), não tendo qualquer dúvida que toda a nossa vida é política (P3, G1);* há pessoas que julgam que *assumir isso é algo como fosse mau (P3, G1).* Contudo, *quando a pessoa diz assim, ah, eu não tomo posição, está precisamente a tomar a posição, neste caso, do grupo maior (P3, G1).* Para explicar este raciocínio utilizou dois exemplos: primeiro, quando *(...) nós não votamos numa pessoa que podemos estar próximas de ter interesse, a maioria dos votos vai ser centralizada por aquela pessoa e, portanto, como nós não agimos para aumentar ou não aumentar votos, estamos a tomar uma posição (P3, G1);* segundo, a reação de alguns políticos portugueses às últimas eleições no Brasil *que disseram que não se queriam*

posicionar porque queriam ter uma posição quase isenta, como se isso não fosse tomar uma posição (P3, G1). Esta ideia de que a não tomada de posição é uma tomada de posição foi referida por outros participantes. Reorientando o seu discurso para a Psicologia, este participante entende-a *como tendo responsabilidade também e fundamentalmente no combate às opressões* (P3, G1). Esta posição não implica a ausência de rigor na produção científica pois *uma coisa é ser rigorosa e sistemática, que isso metodologia qualitativa também o tem, outra coisa é dizer que ela é objetiva, que ela é neutra* (P3, G1). Esclarece ainda que, dentro da Psicologia, *há posicionamentos críticos que nos localizam e há outros menos* (P3, G1) mas tal não significa que *não tomamos um conjunto de decisões e que não temos uma determinada ação* (P3, G1). Conclui relembrando o modo como a homossexualidade e as questões trans são tratadas hoje comparativamente há uns anos atrás e admitiu até que [...] *o ter dito que vinha hoje ter consigo também tem muito a ver do meu interesse na área* (P3, G1). O outro participante clarifica que tudo o que fazemos tem implicações e revestimentos ideológicos sobretudo *quando a gente passa ao território do humano, ao território do existencial, ao território, do psicológico* (P4, G1), destacando a dificuldade de muitos psicólogos, particularmente clínicos, de perceberem que a consulta é um palco de *relações ideológicas, culturais, relacionais* (P4, G1). De facto, (...) *não posso pensar nunca, nem na investigação, nem numa consulta, nem numa intervenção escolar, nem numa intervenção educativa, nem numa intervenção comunitária, nem numa intervenção organizacional que não esteja profundamente imbuída das condições sociais, políticas, culturais, ideológicas onde as pessoas trabalham* (P4, G1). Rematou o argumento declarando que perante uma ciência que ajudou a *fazer lobotomias, apesar de vir da medicina, uma ciência que andou a medir cabeças para saber se as pessoas eram mais inteligentes ou menos inteligentes* (P4, G1) e que, ainda hoje, continua *ao lado de racismos, sexismos, e a ser altamente produtora deste tipo de diferenciações insustentadas sobre as pessoas* (P4, G1), só pode afirmar que a Psicologia é neutra quem ignora a sua história ou *não lhe apetece ou não lhe convém estar atento às realidades que tem à volta* (P4, G1).

No G2, um dos participantes fundamenta a sua posição focando-se no papel do psicólogo. Este deve ser *um papel de intervenção, um papel político que está na origem, na raiz da sua atividade profissional* (P1, G2), ou seja, um papel que *tem em atenção aquilo que produz e aquilo que faz, intervir naquilo que é a comunidade na qual está inserido* (P1, G2). Conclui afirmando que o psicólogo *terá sempre uma atividade política* (P1, G2) pelo que *seria impossível ter essa neutralidade, na minha opinião* (P1, G2). O outro participante assevera que a ciência neutra *é um engano, é um logro* (P2, G2). Como tal, é importante ser

explícito quanto às questões políticas e éticas *quer no exercício da psicologia, quer na investigação da psicologia* (P2, G2), percebendo quais os interesses que *a nossa investigação está a servir ou pode servir* (P2, G2). Este participante abordou o político duplamente: por um lado, (...) *a questão da nossa investigação chegar aos políticos e aos policy makers* (P2, G2) e, por outro, *as decisões que nós vamos tomando e que no fundo são as razões mais fundamentais para estar a estudar aquele tópico ou estar a estudar daquela forma* (P2, G2), dando o seu exemplo e partilhando que é muito orientada para *as questões de equidade, isto é uma questão, obviamente, extremamente política e politizada* (P2, G2). Tal exemplo encontra equivalência na afirmação de Spence (1985) de que os sistemas de valores internos influenciam as várias fases de investigação.

No G3, um dos participantes crê que *não há nenhuma ciência que seja politicamente neutra* (P2, G3). Utilizando o exemplo da sua investigação atual no campo da fertilidade e natalidade, observa que, sendo Portugal um dos países com mais baixa natalidade, (...) *eu tenho que pôr o meu projeto a dizer assim, ok, eu estou a fazer isto que é para prevenir o envelhecimento da população e quando eu estou a publicar já estou a falar nesta prioridade* (P2, G3). Deste modo, *vamos politizados para as nossas questões de investigação* (P2, G3). Sumula alertando que não é tanto o modo como nós influenciámos a política, mas como *a política já nos influencia a nós e isto já vai num ciclo vicioso, sem dúvida* (P2, G3). O outro participante mudou a sua perspetiva durante a própria resposta: numa primeira fase, admite que a Psicologia deveria ser politicamente neutra, todavia, (...) *estamos a sofrer muito com o que se está a passar nos Estados Unidos e portanto estamos a levar aqui com uma pressão desta esquerda mais radical ligada ao pensamento feminista e que nos está a levar, isto é um espécie de avalanche de neve numa montanha que está a começar a cair e está a levar tudo atrás* (P1, G3). Concorde que *de certa forma, o pensamento humano é muito difícil de ser neutro* (P1, G3) porque *está sempre ligado a qualquer tipo de ideologia* (P1, G3) mas que, atualmente, *os extremistas começam a ser as pessoas do centro* (P1, G3) pois *a atitude que tu deves tomar tem que estar num dos lados que antigamente eram considerados extremos* (P1, G3). Esta predileção repara-se até nos *financiamentos de estudos, cada vez mais, eu posso estar aqui a dizer alguma asneira mas coisas mais ligadas às questões de identidade de género, sei lá, às questões feministas* (P1, G3), questões estas que em alguns casos *não sinto que é para a verdadeira igualdade mas é mais uma certa agressividade não elaborada dentro delas, um certo ódio ao género masculino, principalmente ao género masculino branco* (P1, G3). Confessa que é uma pena tal politização porque *a interioridade das pessoas, essa sim não tem política* (P1, G3), ou seja, mesmo que a política influencie,

há uma certa interioridade dentro do ser humano que a psicologia devia-se interessar que não tem ideologia, que não tem política e (...) quando começa a trazer a política para a psicologia, ela começa a ficar sociologia (P1, G3). É pertinente adicionar a esta observação a de Parker (2007, p. 209), que, em sentido contrário, afirma que a Psicologia é uma área que pegou nas observações da biologia e da sociologia e transformou-as em algo que acontece dentro da mente de cada um; num segundo momento, repara que no panorama internacional, há uma *pressão de grupos económicos, por exemplo, para que os modelos de psicoterapia sejam breves porque interessa a seguradoras (P1, G3).* *Portugal é um paizeco, não tem muita relevância (P1, G3)* mas nos Estados Unidos verifica-se que o foco em questões como identidade de género *andam a esconder as questões da economia que eu acho que são mais importantes (P1, G3).* Este político traduz-se na pressão de publicar, nos estudos *cada vez mais pragmáticos (P1, G3)* que levam a *matar teorias importantes e que fazem bem, ajudam a explicar o ser humano (P1, G3)* e este cenário *estraga um bocado a psicologia. Estraga não é um bocado, é bastante (P1, G3).*

No G4, um dos participantes lançou um conjunto de questões para demonstrar como a Psicologia se encontra imbuída de valores, *por exemplo, o bem-estar. Ah... porque é que as pessoas precisam de ter bem-estar? Ninguém disse. Precisam? (...) As pessoas precisam de ajuda? Porquê? Para quê? (P2, G4).* Adiante, evoca um artigo de sexualidade que leu, no qual se conclui que as pessoas não precisam de sexo, e a alegria que sentiu por haver alguém a afirmá-lo *porque andamos há anos a achar, muito à custa da psicologia, que tínhamos que praticar toda a espécie de exercícios sexuais, de natureza diversa para sermos pessoas decentes (P2, G4).* Pelo menos neste caso, a Psicologia apercebeu-se *do seu erro e do seu conteúdo político em algumas áreas (P2, G4).* Tais observações são bastante relevantes. É inegável que muitas noções, como o bem-estar, são axiomáticas, sendo o bem-estar uma das assunções-base da Psicologia Crítica. O levantamento destas questões demonstra que talvez a Psicologia visite o senso-comum mais vezes do que gostaria de admitir antes de começar a erigir o seu conhecimento científico. O outro participante constatou que, particularmente na investigação, *influencia-se e é-se influenciado.* Como exemplo, refere que as publicações em revistas são influenciadas *pelas relações das pessoas e pelas questões políticas (P1, G4),* sendo diferente submeter um artigo a uma revista sendo pouco ou nada conhecido ou *ter como coautor uma das pessoas que mais influentes na área (P1, G4).* Neste sentido não há neutralidade até porque *nada é neutro no limite, não é? (P1, G4).*

No G5, um dos participantes considera que mesmo não havendo neutralidade, a Psicologia não tem *que ser um instrumento político*, não tem *que ser utilizada para veicular determinado tipo de mensagens mais políticas, menos políticas, mais de direita, mais à esquerda* (P1, G5). Refere ainda a existência de um código deontológico para a prática da Psicologia que *mesmo que seja no sentido de reduzir ao máximo a imparcialidade é já em si um posicionamento* (P1, G5). O outro participante repara que os preconceitos da pessoa acabam sempre por transparecer no seu trabalho *e aqui preconceitos não estou a dizer no sentido negativo* (P2, G5) e encarou o político sob o ponto de vista *da mobilização das pessoas para determinado objetivo* (P2, G5), considerando esses valores anteriores. Acrescenta que ser político é (...) *sermos responsáveis com as informações que nós temos, não vale tudo* (P2, G5). De entre os vários exemplos que o participante deu para demonstrar a facilidade com que se pode resvalar para conclusões discriminatórias, mesmo com fundamento científico, destaca-se o seguinte: *se por um conjunto de coisas eu for, por exemplo a um país africano, passar uma WISC ou uma WAIS a alunos, por exemplo, africanos, e passar aqui, por exemplo, na Europa, é muito fácil chegar a conclusões, eh pá, uns são melhores do que os outros, por exemplo, os europeus são mais inteligentes do que os outros quando não é nada disso* (P2, G5) porque quer a realidade cultural quer as oportunidades de escolarização são discrepantes entre um e outro continente. Sendo possível *arranjar investigação que nos suportasse determinado tipo de ideias* (P2, G5) porque os números *a gente utiliza-os como quiser, (...) as investigações são políticas e de alguma forma têm aqui uma influência e ainda bem que o são porque temos obviamente que proteger o ser humano* (P2, G5).

Como se observa pelos discursos, todos os participantes sabem que a Psicologia é um campo onde habitam várias relações de poder. Embora as apreciações toquem pontos distintos, é unânime que essa “combinação entre habilidade e oportunidade para influenciar um curso de eventos” (Prilleltensky, 2008, p. 119) influencia a produção psicológica, podendo a Psicologia ser usada quer para proteger e emancipar o ser humano, quer para justificar desigualdades, obrigando os que a praticam ou a investigam a manterem-se conscientes das consequências das suas ações.

2.5.2. Psicologização

Durante as entrevistas, três participantes discorrem diretamente sobre a psychologização. O primeiro participante acrescenta, no fim da entrevista, alguns comentários sobre o fenómeno. Confessa que quando leu o consentimento informado questionou-se sobre

a posição dos investigadores: *podem querer simplesmente explorar, ou será que querem ver isto como algo que deve acontecer, que não deve acontecer, ou seja, estava eu com os meus julgamentos à priori* (P1, G5). Completou o seu parecer afirmando que não vê a psychologização de forma negativa, mesmo que inserida na investigação, e que fica sempre *com receio quando falo perante determinados grupos que possam entender que estou a individualizar demais e que posso estar a colocar a responsabilidade demasiado no indivíduo. E quando não é de todo* (P1, G5). Sublinhou por fim, *que é na relação com o indivíduo, sabendo que há algumas dimensões que podem ajudar a lidar melhor com certas circunstâncias da sua vida, não negando a importância que tem o trabalho a nível social mas ajudá-lo também ele a autodeterminar-se para depois até se calhar ser ele o protagonista dessas mudanças* (P1, G5). Esta observação é valiosa e permite que se esclareça que a psychologização corresponde a um fenómeno maior e mais insidioso do que a responsabilização do indivíduo, embora nesta dissertação a sua definição esteja circunscrita a essa função, particularmente no modo como a ideologia neoliberal encontra um reduto para se esconder e ser legitimada. Porém, Jan de Vos (2012; 2013) dedica dois livros ao estudo de como o conhecimento, a teoria e o vocabulário psicológicos se tornaram no modo hegemónico de traduzir a realidade e acabaram por ser usados como explicação de outros campos do saber, além da Psicologia. Para lá da redução dos fenómenos da psique a mecanismos de funcionamento interno (Parker, 2007), a utilização da terminologia *psi* como panaceia de todos os fenómenos humanos (sociais, económicos, políticos) é o verdadeiro problema.

Dois participantes, durante a descrição dos seus percursos enquanto investigadores, utilizam o termo de psychologização no sentido *de patologização muitas vezes dos nossos comportamentos* (P3, G1), *numa perspetiva que recusava muito os domínios da responsabilização intrapsíquica pelas adversidades contextuais* e que (...) *permita produtos sociais importantes de vária espécie* (P4, G1). Um destes participantes alude novamente ao termo quando fala dos financiamentos que privilegiam certas áreas da Psicologia *porque, tendencialmente nestas áreas, as pessoas psicologizam. E se psicologizam neste sentido, tudo é psicológico* (P4, G1), o que é corroborado por outro participante que afirma que *tudo aquilo que hoje em dia tenha a ver com saúde, com sexualidade, com neurociências, tudo isso tende a ser valorizado* (P1, G2).

2.5.3. Crítica

A última pergunta do guião de entrevista inquiria se, durante o percurso dos investigadores, alguma vez se cruzaram com a Psicologia Crítica, a perspetiva teórica que suporta esta dissertação. Seis dos entrevistados manifestaram que nunca se tinham deparado com esta perspetiva teórica, embora para alguns o conceito não fosse estranho; os outros seis participantes disseram que conheciam esta perspetiva e até a assumiam como mais um ponto de vista na sua linha de investigação.

Embora desconhecendo ou tendo pouca familiaridade com a perspetiva, três participantes acrescentaram comentários com relevância para os propósitos desta dissertação. O primeiro subscreve a posição crítica *de um ponto de vista muito emancipatório e muito... pronto, há aqui claramente uma classe social desfavorecida e muito de reivindicação* (P2, G2), contudo (...) *não a conheço suficiente para me puder pronunciar* (P2, G2). O segundo, que leciona modelos construtivistas e sistémicos, repara que *a realidade do paciente não deixa de ser um realidade que é construída naquele momento e por aquele paciente e naquela realidade e, portanto, os dados quantitativos são sempre enviesados porque não acedem àquela realidade* (P2, G3) e adverte que em todas as investigações deve estar presente esta posição crítica quanto aos resultados. O terceiro, admitindo que desconhece a perspetiva, confessa que da primeira vez que ouviu a expressão ficou intrigada *porque a questão que me surgiu foi “será que toda a outra é não crítica?”* (P2, G4) e remata que existe *um sistema de valores não consciente na própria psicologia* (P2, G4) que não admira que *chegue a um ponto em que ela tem que se tornar crítica para perceber que a psicologia não se enxerga, no fundo* (P2, G4).

Dos outros seis participantes, três tiveram uma unidade curricular de Psicologia Crítica durante o doutoramento, havendo um que deu o exemplo do seu trabalho final em que utilizou este conhecimento para perceber *como é que a psicologia não considera as dinâmicas territoriais e toma o território como sendo todo igual e perpetua desigualdades* (P1, G1). Outro participante assevera que *um dos papéis que a universidade deve assumir é ajudar os estudantes, que hoje em dia mais parecem consumidores de educação do que propriamente estudantes, a refletir e a pensar sobre aquilo que lhes é transmitido* (P1, G2) assinalando que os estudantes atuais não estão acostumados a esta prática, tendo-se habituado a *um conjunto de conhecimentos que lhe são passados e que eles, pura e simplesmente vão reproduzindo sem se questionarem muito sobre porque é que o estão a fazer* (P1, G2). Referindo-se a uma unidade curricular que chegou a existir na universidade onde leciona sobre pensamento crítico, justificou-a com a premência de uma visão *pensada sobre aquilo que os rodeia, sobre aquilo que lhes é transmitido* (P1, G2). Direcionando a

argumentação para a investigação científica, alerta que *é preciso ter muito cuidado na maneira como nós transmitimos os resultados das nossas investigações, questioná-los, pensá-los, refleti-los, isso parece-me fundamental. Não sei se a maior parte das pessoas tem esse tipo de consciência* (P1, G2).

Por último, três participantes revelam que fizeram a sua formação nesta linha *mesmo não tendo ainda um nome tão específico assim* (P4, G1) ou não sendo *uma coisa estruturada que eu tenha entrado em contacto como uma abordagem* (P2, G1). De facto, *é importante reconhecer a importância dela [da crítica], naquilo que tem a ver na vida das pessoas, e ao mesmo tempo ter uma crítica interna e de autocritica* (P3, G1) para que (...) *a ciência nos sirva para aquilo que são os contextos atuais de mudança* (P3, G1), particularmente através de *uma psicologia que não seja neutra e de uma psicologia que tenha retorno social* (P2, G1). Um dos participantes confessa que (...) *eu brinco às vezes a dizer que eu fiz as pazes com a psicologia com a psicologia crítica* (P3, G1).

3. Conclusões

Vale a pena patentear algumas referências históricas, económicas e filosóficas sobre a Psicologia quanto aos seus “excessos do passado, as suas raízes culturais e as suas dívidas ideológicas” (Cabanas & Illouiz, p. 277) para iniciar as conclusões do estudo. Alguns autores afirmam que a noção de sujeito como entidade individual se deve ao rompimento com estruturas sociais anteriores e posterior crescimento do capitalismo e da economia individual (Richards, 1996, p. 13). Daqui resulta a imagem de uma natureza humana consistente com a vida na cultura científica e industrial (Richards, 1996, p.29) que, no Ocidente, corroborava os valores partilhados pelos homens brancos de classes média e alta (Richards, 1996, p. 27). Além disso, esta área do saber, nascida na Europa, mas ganhando autonomia nos Estados Unidos (Parker, 2007; Richards, 1996), estuda o sujeito moderno, baseado no dualismo cartesiano corpo/razão, que considera o indivíduo o agente primordial na experiência da subjetividade (De Vos, 2013). Na sua luta pela independência em relação a outras disciplinas como a Filosofia, a Psicologia começou a desenvolver-se segundo o modelo científico, propondo formas de quantificação da subjetividade, seu objeto de estudo (De Vos, 2012). Contudo, a maneira de quantificar sempre foi um problema crasso (Richards, 1996) pois nunca conseguiu ultrapassar, embora o tenha ignorado, um paradoxo que constitui o seu calcanhar de Aquiles: a Psicologia é a atividade humana que estuda a atividade humana (Richards, 1996). Esta reflexividade circular, resolvida por Descartes com a existência de Deus como critério último, não encontra resposta na sociedade científica e estende-se *ad infinitum* (De Vos, 2013) – toda a subjetividade é objetificada pela subjetividade não objetificada. Torna-se retórica a questão “há um objeto quantificável no âmbito psicológico como o há nos âmbitos astronómico, químico ou biológico?” (Richards, 1996, p. 181).

Mesmo com estas inquietudes estruturais, desde a sua criação até à contemporaneidade, a Psicologia mostrou-se disposta a adaptar-se às mudanças que o capitalismo sofreu em termos de produção e consumo (Parker, 2007, p. 73), como se exemplifica pelo domínio das ciências comportamentais durante o taylorismo, a linguagem técnica do cognitivismo nos anos 60 com os avanços tecnológicos, particularmente o surgimento do computador (Richards, 1996), ou a proliferação da Psicologia Positiva e outras terapias de felicidade individual no neoliberalismo (Cabanas & Illouz, 2019). Como se verificou pelo escrutínio da psicologização, a mudança na linguagem psicológica implica, efetivamente, uma mudança psicológica (Richards, 1996, p. 7) e a análise do modo como

pensamos e agimos pode resultar em conhecimento usado para adaptar as pessoas à sociedade (Parker, 2007).

Com estas premissas presentes, considerou-se oportuna uma dissertação que equacionasse a relação entre as constituições psíquicas e as formas de produção (Jappe, 2019). Optou-se, então, por explorar a aplicabilidade destes fenómenos à realidade portuguesa onde, não tendo a Psicologia uma influência substancial, se verifica a predileção pela Psicologia Convencional anglo-americana, focalizada no intraindividual, com objetivos prioritariamente remediativos, centrados no indivíduo e privilegiando metodologias de investigação quantitativas e laboratoriais (Nogueira, 2013). Antes, clarifica-se que a psicologização é um fenómeno amplo que pode ser analisado de várias posições; a posição tomada nesta dissertação foi a de perceber como funcionam os locais donde brotam os discursos psicológicos: os centros de investigação científica em Psicologia. Num ambiente reformado de acordo com as NPM, quais os discursos privilegiados no Centro de Psicologia da Universidade do Porto?

Resumem-se agora as categorias resultantes da análise temática e as principais conclusões da dissertação:

(a) na caracterização do CPUP conheceu-se, através dos relatos sobre o percurso estudantil, os acontecimentos e as motivações que conduziram os participantes aos lugares que atualmente ocupam. Foi possível apurar a grande diversidade que as linhas de investigação cobrem e discutiu-se a cultura da meritocracia e o modo como tal retórica pode culminar numa espiral viciosa em que se comparam contextos, por vezes, incomparáveis e exacerbam fossos entre departamentos. A “flexibilização” das tarefas laborais dos participantes, entre docência e investigação, mostrou-se como exemplo de sobreexploração e precariedade no seio científico;

(b) a qualidade na investigação foi exumada por todos os participantes, mencionando-se a premência da validação de pares como atestado de qualidade e as implicações práticas como motivação fundamental para investigar. Dois grupos mostraram mais inclinação para as metodologias qualitativas ao passo que três indicaram as abordagens quantitativas como prediletas, considerando o uso de ambas quando possível;

(c) a análise dos tipos, dos critérios e dos condicionalismos do financiamento para a investigação científica corroborou que o modelo tecnocrático de seleção e avaliação tem sido implementado e imprimiu as suas marcas na realidade portuguesa;

(d) a afirmação da publicação científica como unidade de produção das universidades-fábrica demonstra a atuação eficaz das novas políticas de gestão. Discutiu-se

ainda a pertinência dos indicadores bibliométricos como critérios únicos de avaliação e impacto, bem como a sua ideologia implícita;

(e) esclareceu-se o papel da Psicologia no atual contexto socioeconómico e as implicações sociais e políticas do exercício profissional nesta área, assim como o perigo de ignorá-las.

Portanto, as categorias 2.1. e 2.2. caracterizaram o Centro de Psicologia da Universidade do Porto, as categorias 2.3 e 2.4. exploraram a materialização dos princípios neoliberais na investigação científica e a categoria 2.5 (em parte também a 2.1.) explorou questões em torno da Psicologia e da psicologização.

Da análise e discussão dos resultados, destacam-se duas conclusões importantes:

(1) o CPUP é um centro com grande diversidade onde habitam referenciais teóricos que não esquecem os fatores económicos, políticos e sociais, aliás, aprofundam-nos. São disto exemplo as perspetivas crítica, ecológica, construtivista, desenvolvimental, comunitária ou feminista. Contudo, existe uma predileção pelos modelos da Psicologia Convencional, mostrando-se que Portugal é um “bom aluno” das diretrizes anglo-americanas (Oliveira et al., 2013);

(2) a consciência e lucidez dos investigadores relativamente ao modo pernicioso como se pode aplicar o conhecimento psicológico, sobretudo aquele que se basta nos números, e aos constrangimentos impostos à investigação que, não obstante, não conseguem contrariar, muitas vezes devido à posição precária que ocupam. Com efeito, a relevância desta constatação remete para a seguinte questão: qual o ponto de rutura desta dissonância explícita nos discursos dos participantes e mantida a todo o custo?

A partir do cruzamento entre a breve revisão do estado de arte e o estudo empírico, começam a clarificar-se os modos de legitimação do paradigma neoliberal pela psicologização, através da investigação científica. Observa-se que: (1) através das novas políticas de gestão, a ideologia neoliberal se imiscui na investigação científica, exaltando a tecnocracia e a eficácia como critérios; (2) na investigação científica em Psicologia, privilegiam-se os modelos que, adaptados aos critérios anteriores, responsabilizam unicamente o indivíduo pelo seu sucesso e pelo seu fracasso, seja profissional ou pessoal, como os cognitivo-comportamentais, neurobiológicos e evolucionistas (De Vos, 2013); (3) os discursos psicologizadores repercutem-se no quotidiano através da aplicação destes conhecimentos, legitimando a ideologia neoliberal e conduzindo à constituição de um ciclo simbiótico de legitimação e perpetuação.

3.1. Forças e Limitações

A presente dissertação assumiu desde início o intento de alertar para a instrumentalização da Psicologia no mercado do conhecimento e, através duma recolha de literatura e de um estudo exploratório, crê-se ser esse o grande contributo: chamar a atenção para o entrelaçamento da Psicologia com a Economia, num emaranhado que se vem adensando ininterruptamente sobretudo desde a segunda metade do século XX (Cabanas & Illouz, 2019), na manutenção do *status quo*. Outras duas contribuições dignas de destaque são: a exploração pioneira destes conceitos na realidade portuguesa e a sensibilização para as dinâmicas na investigação científica, quer na corporização das universidades, quer na precarização das pessoas que trabalham na área do conhecimento.

Porém, possuindo este estudo um carácter qualitativo e exploratório, apontam-se as seguintes limitações: (1) a ausência de avaliação inter-codificadores, não podendo apurar a concordância intersubjetiva entre diferentes juízes quanto à informação recolhida e à extração e concetualização das categorias formuladas. Procurou-se compensar esta limitação através da leitura repetida do material; (2) a impossibilidade de generalização a outros centros de investigação; (3) o número reduzido de participantes, sem embargo de as entrevistas se terem revelado ricas em informação; (4) subgrupos que ficaram por explorar, particularmente o da área das Organizações e o das Neurociências; (5) a não distinção das correntes da Psicologia quanto ao seu carácter psicologizador. Justifica-se esta ausência por considerar que a psicologização é o paradigma da Psicologia (De Vos, 2013) e, portanto, aplicável a qualquer corrente, além de se desviar excessivamente do objetivo desta dissertação, a saber, a exploração das dinâmicas do CPUP e a observabilidade dos fenómenos apresentados no enquadramento teórico; (6) alguma inexperiência do autor na condução de entrevistas.

3.2. Investigações futuras

Para futuras investigações, propõe-se o seguinte: (1) alargar a análise a outros centros de investigação em Psicologia do país, com maior número de participantes; (2) estudar a psicologização através de outras posições, como por exemplo, analisando as terapias privilegiadas na prática quotidiana; (3) desenvolver a análise destes conceitos noutras ciências *psi*, como por exemplo, a psiquiatria; (4) o aprofundamento transdisciplinar da análise da relação entre a subjetividade e os modos de produção e consumo contemporâneos.

3.3.Considerações finais

Como não poderia deixar de ser numa análise crítica, o autor não esconde a sua posição ideológica. Numa das entrevistas realizadas, um participante evoca uma antiga professora que lhe disse que o bom objeto de investigação tem de ser um objeto que incomode; o discernimento sobre o caminho que a Psicologia tem trilhado, particularmente o seu enleio com o capitalismo nas suas várias versões, é o objeto que incomoda nesta dissertação. Como atesta de modo escarninho Ian Parker (2007, p. 116), a Psicologia separou-se da Filosofia no final do século XIX e, desde então, tem dado o seu melhor para nada aprender com debates conceptuais.

Este trabalho não pretende ter a arrogância de colocar em xeque a disciplina enquanto tal. Contudo, visa denunciar e assumir um posicionamento crítico em relação à Psicologia sem memória, sem história e sem contexto, pronta a compactuar com quem lhe dê atenção, complexada com a sua inferioridade científica e que aplique de modo demasiado resolutivo a solução “fix the individual and you will solve social ills” (Parker, 2007, p. 200).

Finalizando o trabalho com as palavras de Graham Richards (1996, p. 185):

Psychology should be about expanding, not reducing, possibilities; about enriching, not removing, meanings; about liberation, not finalization. It should be a contribution to an active process of collective consciousness expansion, not a supposedly purely ‘objective’ process of expert mind-control and management. If this sounds grandiose, I would suggest that this is no more than what, without knowing it, it has always been, despite its attempts at being something else. Nobody can have the final word.

4. Referências Bibliográficas

- Álvarez-Uría, F., Varela, J, Gordo, Á., & Parra, P. (2010). Psychologising life and thought styles. *Annual Review of Critical Psychology*, 8, 11-27.
- Austin, S. & Prilleltensky, I. (2001). Diverse origins, common aims: the challenge of critical psychology. *Radical Psychology*, 2(2). Disponível em: <http://radpsynet.org/journal/vol2-2/austin-prilleltensky.html>.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Benoist, A. (2019). Liberalismo, despolitização e liberdade. In A. Bento & J. M. Santos (Eds), *Neoliberalismo, Liberdade, Governo* (pp. 67-73). Lisboa: Sistema Solar, CRL (Documenta).
- Bento, A. (2019). *Smash the State, Mr. Foucault?* Liberalismo e neoliberalismo em Michel Foucault. In A. Bento & J. M. Santos (Eds), *Neoliberalismo, Liberdade, Governo* (pp. 195-250). Lisboa: Sistema Solar, CRL (Documenta).
- Bento, A., & Santos, J. M. (Eds). (2019). *Neoliberalismo, Liberdade, Governo*. Lisboa: Sistema Solar, CRL (Documenta).
- Billig, M. (2013). Academic Words and Academic Capitalism. *Athenea Digital (Revista De Pensamiento E Investigación Social)*, 13(1), 7-12. doi: 10.5565/rev/athenead/v13n1.1108.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research In Psychology*, 3(2), 77-101. doi: 10.1191/1478088706qp063oa.
- Cabanas, E., & Illouiz, E. (2019). *A Ditadura da Felicidade – Como a Ciência da Felicidade Controla as Nossas Vidas*. Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores.
- Campos, A., & Soeiro J. (2016). *A Falácia do Empreendedorismo*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Centro de Psicologia da Universidade do Porto (2019). *About us*. Disponível em: https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=CPUP_ABOUTUS
- Coimbra, J., & Menezes, I. (2009). Society of individuals or community strength: community psychology at risk in at-risk societies. *Journal of Critical Psychology, Counselling and Psychotherapy*, 9(2), 87-97.
- Correia, J. C. (2019). A revolução neoliberal e o impacto na ciência e na comunicação: breves notas para debate. In A. Bento & J. M. Santos (Eds), *Neoliberalismo, Liberdade, Governo* (pp. 133-151). Lisboa: Sistema Solar, CRL (Documenta).

- Dalal, F. (2018). *CBT: The cognitive behavioural tsunami: managerialism, politics and the corruptions of science*. New York: Routledge.
- De Vos, J. (2008). From Panopticon to Pan-psychologization. *International Journal of Žižek Studies*, 2(1). Disponível em: <http://www.zizekstudies.org/index.php/IJZS/article/view/43/40>.
- De Vos, J. (2012). *Psychologization in times of globalization*. New York: Routledge.
- De Vos, J. (2013). *Psychologization and the subject of late modernity*. New York: Palgrave. doi: 10.1057/9781137269225.
- Dias, S. (2018). *Žižek, Marx & Beckett e a democracia por vir*. Lisboa: Sistema Solar, CRL (Documenta).
- Fassin, D. (2008). The Humanitarian Politics of Testimony: Subjectification through Trauma in the Israeli: Palestinian Conflict. *Cultural Anthropology*, 23(3), 531-558.
- Feijó, A. M., & Tamen M. (2017). *A Universidade como deve ser*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Fernandes, L. (2017). A produção do saber psicológico na sociedade do conhecimento: breve reflexão sobre liberdades e constrangimentos. In L. Fernandes (Ed.) *Conhecimento de si na sociedade do conhecimento: cinco textos inquietos*. (pp. 19-52). Porto: Apuro Edições.
- Flick, U. (1998). *An introduction to qualitative research*. London: Sage Publications.
- Fox, D., Prilleltensky, I., & Austin, S. (Eds.). (2009). *Critical psychology: An introduction (2nd ed.)*. London: SAGE.
- Giovanni Moreno, F., & Claudia Peralta, M. (2018). “Caminos no para llegar sino para seguir andando”: una investigación poscualitativa sobre la psicología crítica en el capitalismo cognitivo. *Pensando Psicología*, 14(23), 1–12. <https://doi.org/10.16925/pe.v14i23.2264>.
- Gonçalves, C., & Coimbra, J. (2018). Orientar nas sociedades líquidas e da incerteza: um desafio para a investigação e intervenção em orientação vocacional. In Margarita Valcarce Fernández, & Antonio Florencio Rial Sánchez (Eds), *Vulnerabilidade, formación para o traballo, orientación e comunidade na eurorrexión Galicia-Norte de Portugal* (pp. 37-60). Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- González-Calvo, G., & Arias-Carballal, M. (2017). Effects from audit culture and neoliberalism on university teaching: an autoethnographic perspective. *Ethnography and Education*, 13(4), 413-427. doi: 10.1080/17457823.2017.1347885.

- Gordo, Á., & De Vos J. (2010) *Psychologism, Psychologising and De-Psychologisation. Annual Review of Critical Psychology*, 8, 3-7.
- Han, B. (2015). *Psicopolítica - Neoliberalismo e novas técnicas de poder*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
(Obra originalmente publicada em 2014).
- Han, B. (2018). *A Expulsão do Outro – Sociedade, Percepção e Comunicação Hoje*. Lisboa: Relógio D'Água Editores. (Obra originalmente publicada em 2016).
- Harvey, D. (2007). *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press.
- Harvey, L. (2004). The power of accreditation: views of academics. *Journal of Higher Education Policy and Management*, 26(2), 207-223. doi: 10.1080/1360080042000218267.
- Holzman, L. (2013). Critical Psychology, Philosophy, and Social Therapy. *Human Studies*, 36(4), 471–489. doi: 10.1007/s10746-013-9293-x.
- Ibanez, T. (1997). Why a critical social psychology? In T. Ibanez and L. Iniguez (Eds.). *Critical social psychology* (pp. 27-41). Thousand Oaks, CA: SagePublications.
- Jappe, A. (2019). *A Sociedade Autofágica: capitalismo, desmesura e autodestruição*. Lisboa: Antígona.
- Jones, D. S. (2012). *Masters of the Universe: Hayek, Friedman, and the Birth of Neoliberal Politics*. Princeton: Princeton University Press.
- Lapa, T. (2006). Quadros e trabalhadores no capitalismo flexível: uma abordagem cultural e socio-cognitiva. *CIES e-Working Paper*, 15, 1-33.
- Lipovetsky, G. (2017). *A Era do Vazio: Ensaio sobre o Individualismo Contemporâneo*. Lisboa: Edições 70. (Obra originalmente publicada em 1983).
- Lock, G., & Lorenz, C. (2007). Revisiting the university front. *Studies in Philosophy & Education*, 26(5), 405–418. doi:10.1007/s11217-007-9052-4.
- Lorenz, C. (2012). If You're So Smart, Why Are You under Surveillance? Universities, Neoliberalism, and New Public Management. *Critical Inquiry*, 38(3), 599–629.
- Madsen, O. J., & Brinkmann, S. (2010). The Disappearance of psychologization?. *Annual Review of Critical Psychology*, 8, 179-199.
- McLaughlin, K. (2010). Psychologisation and the Construction of the political subject as vulnerable object. *Annual Review of Critical Psychology*, 8, 63-79.
- Monbiot, G. (2018, Setembro 13). Scientific publishing is a rip-off. We fund the research – it should be free. The Guardian. Disponível em: <https://www.theguardian.com>.

- Monbiot, G. (2016, Abril 15). Neoliberalism - the ideology at the root of all our problems. The Guardian. Disponível em: <https://www.theguardian.com>.
- Marecek, J. & Hare-Mustin, R. T., (2009). Clinical Psychology: The Politics of Madness. In D. Fox, I. Prilleltensky, & S. Austin (Eds.), *Critical psychology: An introduction (2nd ed.)*. London: SAGE.
- Martínez, M. M., & Tarrès J. P. (2013). La fábrica de conocimientos: in/corporación del capitalismo cognitivo en el contexto universitario. *Athenea Digital (Revista De Pensamiento E Investigación Social)*, 13(1), 139-154. doi: 10.5565/rev/athenead/v13n1.1031.
- Nogueira, C., Saavedra, L., & Neves, S. (2006) Critical (Feminist) Psychology in Portugal. Will it be possible?. *Annual Review of Critical Psychology*, 5, 136-147.
- Oliveira, J. M., Saavedra, L., Neves, S., & Nogueira, C. (2013). Critical Feminist Psychology from the Semi-peripheral Southwest of Europe: The Intriguing Case of Portugal. *Annual Review of Critical Psychology*, 10, 801-816.
- Orwell, G. (2007). *1984 (3rd ed.)*. Lisboa: Antígona. (Obra originalmente publicada em 1949).
- Parker, I. (1999). Critical psychology: critical links, *Annual Review of Critical Psychology*, 1, 3-18.
- Parker, I. (2007). Critical psychology: What it is and what it is not. *Social and Personality Psychology Compass*, 1(1), 1–15. doi: 10.1111/j.1751-9004.2007.00008.x.
- Parker, I. (2007). *Revolution in Psychology: Alienation to Emancipation*. London: Pluto Press.
- Parker, I. (2009). Critical psychology and revolutionary Marxism. *Theory & Psychology*, 19(1), 71-92. doi: 10.1177/0959354308101420.
- Parker, I. (2014). Managing Neoliberalism and the Strong State in Higher Education: Psychology Today. *Qualitative Research In Psychology*, 11(3), 250-264. doi: 10.1080/14780887.2013.872214.
- Parker, I. (2015). *Handbook of Critical Psychology*. London: Routledge.
- Picavet, E. (2019). A legitimação da autoridade e o impacto do liberalismo político-económico. In A. Bento & J. M. Santos (Eds), *Neoliberalismo, Liberdade, Governo* (pp. 95-103). Lisboa: Sistema Solar, CRL (Documenta).
- Prilleltensky, I. (1994). *The morals and politics of psychology; Psychological discourse and the status quo*. New York: State University of New York Press.

- Prilleltensky, I. (2008). The role of power in wellness, oppression, and liberation: the promise of psychopolitical validity. *Journal Of Community Psychology*, 36(2), 116-136. doi: 10.1002/jcop.20225.
- Queiroz, R. (2017, Agosto 28). Regina Queiroz sobre Neoliberalismo e Populismos [ficheiro em video]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=z8A6Z379Elc>.
- Rhoades, G., & Slaughter, S. (2004). Academic Capitalism in the New Economy: Challenges and Choices. *American Academic*, 1(1), 37-59.
- Richard, G. (1996). *Putting psychology in its place: an introduction from a critical historical perspective*. London: Routledge.
- Rodrigues, J. (2019). Ordem espontânea ou engenharia política em grande escala? F. Hayek e a incrustação federal do neoliberalismo. In A. Bento & J. M. Santos (Eds), *Neoliberalismo, Liberdade, Governo* (pp. 105-132). Lisboa: Sistema Solar, CRL (Documenta).
- Sá, A. F. (2019). Criptopolítica e populismo, fase superior do neoliberalismo?. In A. Bento & J. M. Santos (Eds), *Neoliberalismo, Liberdade, Governo* (pp. 171-182). Lisboa: Sistema Solar, CRL (Documenta).
- Samões, O. (2019). Neoliberalismo: Liberdade e Coordenação Social. In A. Bento & J. M. Santos (Eds), *Neoliberalismo, Liberdade, Governo* (pp. 75-94). Lisboa: Sistema Solar, CRL (Documenta).
- Shore, C. (2010). Beyond the multiversity: neoliberalism and the rise of the schizophrenic university. *Social Anthropology/Anthropologie Sociale*, 18(1), 15-29. doi: 10.1111/j.1469-8676.2009.00094.x.
- Silva, M. C. (2013). Crise, democracia e desenvolvimento: o lugar semiperiférico de Portugal. *RES*, 19, 153-168.
- Sloan, T. (2000). (Ed.). *Critical psychology: Voices for change*. New York: St. Martin's Press.
- Smith, B., and D. Brown. 2011. "Editorial." *Qualitative Research in Sport, Exercise and Health* 3 (3), 263–265.
- Spence, J. T. (1985). Achievement American style: the rewards and costs of individualism. *American Psychologist*, 40, 1285–1295. doi: 10.1037/0003-066X.40.12.1285.
- Steinitz, V., & Mishler, E. G. (2009). Critical psychology and the politics of resistance. In D. Fox, I. Prilleltensky, & S. Austin (Eds.), *Critical psychology: An introduction (2nd ed.)* (pp. 390-409). London: Sage.

- Stiegler, B. (2018). *Da Miséria Simbólica - I- A Era Hiperindustrial*. Orfeu Negro. (Obra originalmente publicada em 2004).
- Tavares, R. (2015). *Esquerda e Direita: Guia histórico para o século XXI*. Lisboa: Edições Tinta-da-China, Lda.
- Taylor, A. (2017). Perspectives on the University as a Business: the Corporate Management Structure, Neoliberalism and Higher Education. *Journal for Critical Education Policy Studies (JCEPS)*, 15(1), 108–135.
- Teo, T. (2015). Theoretical psychology: A critical-philosophical outline of core issues. In I. Parker (Ed.). *Handbook of Critical Psychology* (Cap. 12, pp. 117-126). London: Routledge.
- Teo, T. (2015). Critical Psychology: A Geography of Intellectual Engagement and Resistance. *American Psychologist*, 70(3), 243-254. doi: 10.1037/a0038727.
- Torgal, L. R. (2015). A Universidade em Portugal em período de transição para a democracia e para o neoliberalismo. *Espacio, Tiempo y Educación*, 2(2), 155–171. doi: 10.14516/ete.2015.002.002.008.
- Verhaeghe, P. (2014). *What about Me?: the struggle for identity in a market-based society*. Australia: Scribe Publications.

5. Anexos

Anexo 1 – Email enviado aos coordenadores dos grupos de investigação.

Bom dia, caríssimo(a) Professor(a) Doutor(a) X.

No âmbito da minha dissertação do Mestrado Integrado em Psicologia na FPCEUP, sob a orientação do Professor Carlos Gonçalves, venho solicitar a sua colaboração, na qualidade de Coordenador do grupo de investigação de _____, para autorizar a participação numa entrevista de um dos membros integrados da linha de investigação que coordena. O entrevistado/a será seleccionado aleatoriamente, a partir do site do CPUP, tendo em conta a sua disponibilidade livre e voluntária para participar.

O trabalho pretende estudar o fenómeno da psicologização, ou seja, a disseminação dos discursos psicológicos no quotidiano e como estes determinam a relação do ser humano consigo mesmo, com os outros e com o mundo. Ademais, pretende analisar as potencialidades, prioridades e intencionalidades da investigação e da produção científica em Psicologia. Face à sua autorização, seria contactado o investigador seleccionado e proceder-se-ia à entrevista semiestruturada com a duração aproximada de 30 minutos. Os participantes assinarão um consentimento informado garantindo a confidencialidade da informação recolhida.

Agradeço, desde já, a sua disponibilidade.

Cordialmente,

Hugo Araújo
up201307661

Anexo 2 – Email enviado aos investigadores seleccionados

Bom dia, caríssimo investigador(a) X, do grupo Y.

No âmbito da minha dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia a decorrer na FPCEUP, sob a orientação do Professor Carlos Gonçalves, venho solicitar, após a autorização da coordenação da sua linha de investigação, na pessoa do(a) Doutor(a) X, a sua participação livre e voluntária numa entrevista, com a duração aproximada de 30 minutos, na condição de membro integrado no CPUP.

O objeto em análise é o fenómeno da psicologização, ou seja, a disseminação dos discursos psicológicos no quotidiano e como estes determinam a relação do ser humano consigo mesmo, com os outros e com o mundo. O estudo pretende ainda analisar as potencialidades, prioridades e intencionalidades da investigação e da produção científica em Psicologia.

Caso esteja disponível para participar nesta investigação, ser-lhe-á proposto assinar um consentimento informado garantindo a confidencialidade de toda a informação recolhida.

Agradeço, desde já, a sua disponibilidade.

Cordialmente,

Hugo Araújo

up201307661

Anexo 3 – consentimento informado

Consentimento Informado

Fui convidado/a a participar na investigação da dissertação de mestrado do estudante do MIP, Hugo Araújo, a decorrer na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto no ano letivo 2018-2019, sob a orientação científica do Professor Doutor Carlos Gonçalves da FPCEUP.

O objeto em análise pretende estudar o fenómeno da psicologização, ou seja, a disseminação dos discursos psicológicos no quotidiano e como estes determinam a relação do ser humano consigo mesmo, com os outros e com o mundo. Ainda, analisar as potencialidades, prioridades e intencionalidades da investigação e da produção científica em Psicologia.

Declaro que me foram prestadas todas as informações relacionadas com os objetivos e procedimentos do estudo, tendo sido esclarecidas todas as dúvidas e questões suscitadas, garantindo-me que os dados recolhidos são estritamente confidenciais no que se refere ao seu anonimato e sigilo, destinando-se exclusivamente à investigação de acordo com as Leis de Proteção de dados de Portugal (Lei nº67/98 de 26 de Outubro). Fui informado/a do direito a recusar, em qualquer momento, a minha participação no estudo e da possibilidade de aceder às publicações que resultem deste projeto de investigação.

Por isso, aceito a minha participação voluntária e livre neste estudo, que consiste na realização de uma entrevista semiestruturada, com a duração aproximada de 30 minutos, autorizando a gravação áudio para fins exclusivos da investigação. Declaro que permito a utilização dos dados recolhidos para publicação científica. O investigador, Hugo Araújo, pode ser contactado através do email araujohugo68@gmail.com, para esclarecimento de qualquer dúvida associada à investigação em curso.

Participante: _____

Local: _____ Data: _____

Investigador: _____

Local: _____ Data: _____

Anexo 4 – Guião de entrevista

Guião de entrevista

- 1 - Como surgiu o seu interesse por esta linha de investigação?
- 2 - Quais são as prioridades de investigação específicas deste grupo?
- 3- Quais as concetualizações e metodologias priorizadas na sua linha de investigação?
- 4 - Que critérios considera importantes quando se candidata a uma bolsa de investigação?
- 5 - O que pensa sobre a pressão exercida para publicar?
- 6- Considera a psicologia politicamente neutra?
- 7 - Durante o tempo de investigação, alguma vez se cruzou com a Psicologia Crítica?

Anexo 5 – Categorização da Análise Temática

